

Ana Paula Goulart Ribeiro
Barbara Heller
Lucia Santa-Cruz
Mônica Rebecca Ferrari Nunes
Priscila Ferreira Perazzo

GESTOS MNEMÔNICOS E DISPUTAS DE MEMÓRIAS

MONUMENTOS EM TEMPOS DE ICONOCLASTIA



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

R484g Ribeiro, Ana Paula Goulart et al.

Gestos mnemônicos e disputas de memórias: monumentos em
tempos de iconoclastia /

Ana Paula Goulart Ribeiro, Barbara Heller, Lucia Santa-Cruz,
Mônica Rebecca Ferrari Nunes e Priscila Ferreira Perazzo;
Prefácio de Karla Y. Covarrubias.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025; fotografias.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-217-0890-2

1. Comunicação. 2. Linguística. 3. Memória.

I. Título. II. Assunto. III. Autoras.

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Memória. 150.19

2. Comunicação. 156.6

3. Linguística. 410

Ana Paula Goulart Ribeiro
Barbara Heller
Lucia Santa-Cruz
Mônica Rebecca Ferrari Nunes
Priscila Ferreira Perazzo

GESTOS MNEMÔNICOS E DISPUTAS DE MEMÓRIAS

MONUMENTOS EM TEMPOS DE ICONOCLASTIA

Copyright © 2025 – Das Autoras

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Clarice Villac

Editoração e Capa: Gatil Comunicação & Marketing

Foto da capa: Edson Fernando Dalmonte - Pelourinho (Salvador, BA), 2022

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil - 2025

APRESENTAÇÃO

Esse livro começou a ser escrito por nós há alguns anos. Em 8 de outubro de 2018, nos reunimos em São Paulo, na ESPM, para conversarmos sobre a fundação de uma rede de pesquisadoras. Além de nós cinco, as autoras desse livro, também estavam conosco Fernanda Nalon, Teresa Neves, Karla Yolanda Covarrubias, mexicana recém-chegada ao Brasil para uma estadia de um ano como professora visitante em uma das nossas universidades. Nessa data, criamos a Rememora, a Rede Brasileira de Pesquisadores de Memória e Comunicação.

Nessa época já éramos bastante amigas. Amizades que se formaram justamente nos enredados dos estudos da memória e da comunicação. Tínhamos alguns *fóruns* – locais de encontros – para conversarmos, debatermos e refletirmos sobre esse campo da memória social nos estudos de comunicação: o GT Memórias nas Mídias da Compós, criado em 2015 e que, em 2022, passou a se chamar Estudos de Memórias e Comunicação; o GT Comunicação, Consumo e Memória do Congresso Internacional de Comunicação e Consumo (Comunicon) da ESPM, e os Simpósios Internacionais de Comunicação e Cultura: aproximação com Memória e História Oral, que se realizaram no Brasil e no México em cinco edições: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil (2015 e 2019); Universidad de Colima, México (2017); Universidad Autónoma de Baja California, México (2022); Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil (2025).

Em todas essas oportunidades nos encontrávamos, estreitávamos os laços de amizade e lapidávamos conceitos e ideias sobre os estudos da memória. De início, a Rememora éramos nós. Passamos a fazer combinação de autorias e escrevemos juntas para vários congressos, sobretudo para o GT da Compós. Foi então, em 2022, que apresentamos trabalho sobre os monumentos em disputa, a partir da análise de gestos iconoclastas contemporâneos e das reconfigurações das narrativas da memória coletiva. A discussão decorrente dali nos levou a pensar em continuar estudando o tema.

Em 2023, testemunhamos atônitas, cada uma em sua casa, os eventos de 8 de janeiro em Brasília. Imediatamente, passamos a pensá-los como outra face dos nossos estudos sobre ataques aos monumentos. Mais do que simplesmente defender ou condenar os múltiplos ataques às estátuas em diferentes países e na Praça dos Três Poderes em Brasília, a ênfase se deu em compreender a ascensão da extrema-direita em boa parte dos continentes e suas consequências. Entre elas, destacamos a perseguição a grupos minoritários, como imigrantes e fugitivos de guerras, ou a reconfiguração de identidades e posições sociais para pessoas negras, indígenas ou outras etnias, como gatilhos para os gestos de que tratamos. Como cinco mulheres brancas, passamos também a rever nossos lugares sociais, nossos privilégios históricos e nossa luta pela desmontagem do mundo colonialista, no qual havíamos crescido e nos formado.

Desde então, começamos a pensar que o conjunto dessas reflexões poderia ser organizado em livro. Neste que ora apresentamos a vocês, leitores. A aproximação temporal dos objetos de que tratamos funcionou como estímulo e desafio, haja vista que a produção intelectual sobre eles está em construção. Não foram apenas os clássicos dos estudos da memória que nos serviram de referencial teórico, mas também nossas próprias reflexões, geradas em congressos da área, em salas de aula e nas pesquisas em outros suportes midiáticos.

Entendemos que as reflexões que trazemos aqui dialogam com as questões do nosso tempo. Tempos de violências narrativas, tempos de questionamento dos processos coloniais, tempos de reelaboração de traumas, tempo também do avanço de práticas autoritárias

e conservadoras. Tempos de gestos mnemônicos e de disputas de memórias.

Tempo que nos cabe agradecer àqueles que, de modos diferentes, nos ajudaram a constituir essa obra: aos colegas do GT de Memória da Compós, pelas discussões, críticas e avaliações; às pessoas que acreditaram na Rememora e nos apoiaram nessa formação, fazendo dela hoje uma rede ampla de pesquisadores. E, à Teresa e à Fernanda que, por circunstâncias da vida, não estiveram conosco nessa obra, mas participaram de sua gênese nos dando apoio, carinho e interlocução. E à Karla, que se fez presente no prefácio.



PREFACIO

Esta obra, *Gestos mnemônicos e disputas de memórias: monumentos em tempos de iconoclastia* es el resultado de los intereses académicos comunes de las autoras y también de los vínculos afectivos entre ellas; ambos caminos se fueron tejiendo a través del tiempo hasta enraizarse con madurez académica en la *Rede Brasileira de Pesquisadores de Memória e Comunicação* (Rememora). La Red se formalizó el 8 de octubre de 2018 en São Paulo, Brasil, cuando yo realizaba una estancia sabática en la Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

La obra muestra al lector(a) un panorama reflexivo auténtico e innovador, cuyo centro de análisis es la Memoria observada como un gesto cultural. El *gesto*, como lo comprenden las autoras, es un acto pragmático y performativo que puede tener carácter ético, estético o político, o los tres, o más significados culturales asociados a un acto evocativo de la memoria representada u objetivada. El gesto, por tanto, es analizado como acción social porque, con su gran significación, impacta y mueve el mundo de significados de la memoria de personas y grupos sociales diversos, convirtiéndose en acción propiamente dicha. El gesto comprendido así es, por definición, subversivo.

Las autoras ponen en juego de forma magistral la categoría teórica de *gesto mnemónico*, muy pertinente para este análisis, producto de debates académicos en congresos internos y externos, nacionales o internacionales, de espacios de encuentro entre investigadores(as) estudiosos(as) sobre Memoria y de sus diferentes acepciones conceptuales a lo largo del tiempo. Esta categoría teórica también sostiene el análisis de la obra, porque es el resultado de las relaciones conceptuales indisociables de la

Memoria con otras categorías ya analizadas y publicadas a nombre de las autoras, tales como cultura y sociedad de consumo; culturas juveniles, identidades y trauma; historia del tiempo presente; política y espacios de disputa; comunicación y semiótica; memoria en los medios, impactos mediáticos y censura; economía creativa; periodismo de investigación y literatura, lo que convierten esta obra en una rica construcción intelectual con base en la investigación interdisciplinaria.

En esencia, las autoras muestran un excelente análisis organizado en tres apartados. Éstos abordan distintos *gestos mnemónicos* concebidos como *lugares de memoria*, de gran carga simbólica y política, los cuales se identifican como *espacios de disputa* de esa memoria en varias ciudades, países y continentes, para centrarse en el *gesto mnemónico* acontecido en el distrito federal de Brasil, Brasília, el 8 de enero de 2022, sobre la invasión vandalista a la sede de los Tres Poderes del Estado.

El análisis que sostiene al libro como una columna vertebral se realiza desde perspectivas contemporáneas decoloniales. De esta manera se observa cómo desde diferentes *acciones sociales iconoclastas* (aquellas que desafían ideas o símbolos históricamente muy respetados), de personas y grupo sociales diversos y subalternos, rechazan, desmontan o desmantelan con gran resistencia un *gesto mnemónico* específico. Éste es entendido como narrativa o discurso hegemónico impuesto (tales como monumentos de piedra o metal, estatuas, lugares y acontecimientos), cuya acción social iconoclasta se observa por la intervención, la transformación, la remoción o la destrucción; con ello se atenta a su, o sus significados de origen, acciones que resignifican “aquello” desde nuevas miradas políticas. El alcance de las evidencias analizadas es muy amplio y diverso en tipos de gestos mnemónicos, los cuales ilustran muy bien el objetivo central del libro.

Las autoras reflexionan acerca de las nuevas dinámicas de la memoria social gracias a la diversidad de *gestos mnemónicos* analizados en esta obra. Abordan cómo estas nuevas configuraciones políticas se gestan y se resemantizan en diferentes geografías

sociales y culturales del mundo, como una necesidad imperante de transformar el significado histórico impuesto por un *status quo*, cuya base para las personas y grupo sociales diversos es la resistencia política y el cuestionamiento del pasado, pero también del presente. En este sentido, aprecio sobremanera que las autoras -como académicas e investigadoras integrantes de REMEMORA- comunican un posicionamiento político claro sobre su objeto de estudio, de modo que epistemológicamente el “objeto” de conocimiento y el “sujeto” observador (o mejor dicho, las sujetas observadoras, mujeres las autoras) son afines.

En esta obra los lectores(as) encontrarán contenidos que aportan a grandes campos de conocimiento respecto de los estudios sobre Memoria, entre éstos memoria y cultura; memoria y comunicación; memoria y política; memoria y arte; memoria y trauma; memoria y emociones; memoria y acción social (movimientos sociales), así como de otros ámbitos derivados de esta diversidad.

Gestos mnemônicos e disputas de memórias: monumentos em tempos de iconoclastia aborda un tema muy estimulante para una diversidad de lectores académicos de las ciencias sociales y humanas, lo cual genera nuevas preguntas y, por lo tanto, abre el diálogo para futuras investigaciones.

Agradezco la invitación que me hicieron las autoras para escribir el prefacio. Me congratuló mucho haber leído una obra que muestra una gran capacidad crítica-reflexiva colectiva, todo un reto para discutir, ordenar y tejer en grupo interpretaciones de segundo orden sobre la realidad estudiada. En lo personal, fue interesante, grato y bonito acompañar el análisis teórico y empírico de los gestos mnemónicos y la diversidad de acciones sociales iconoclastas en esos lugares de memoria, al fin y al cabo, la Memoria como *gesto mnemónico* permanece siempre viva y dinámica, abierta a la significación de cualquier observador(a).

Karla Y. Covarrubias

Universidad de Colima, Col., México, 31 de agosto de 2025.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - Iconoclastia e gestos mnemônicos: Estátuas e outros monumentos	19
Violência narrativa e trauma.....	22
Gestos mnemônicos iconoclastas e seus sentidos.....	25
CAPÍTULO 2 - Movimentos iconoclastas e decoloniais.....	38
Fogo nos descobridores e nos bandeirantes.....	45
Novos gestos e narrativas decoloniais.....	55
CAPÍTULO 3 - Disputas de memória e negacionismos.....	61
O tempo presente e as políticas de memória.....	63
Interpretando alguns gestos do 8 de janeiro.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS - E agora, como ficamos?.....	81
REFERÊNCIAS.....	87
SOBRE AS AUTORAS.....	99



INTRODUÇÃO

Conflitos em torno do passado parecem ocupar, cada vez mais, o centro do debate e do enfrentamento de diferentes grupos sociais em variadas partes do mundo. Algumas vezes, expressam as lutas de setores subalternizados, que procuram desconstruir versões cristalizadas da história que, ao longo do tempo, serviram para reproduzir sistemas de opressão, coloniais e hegemônicos. Outras, dão corpo a nostalgias políticas conservadoras, intensificando “um desejo de retorno ao passado, numa manifestação (...) que se materializa na saudade de tempos pretensamente mais seguros” (Santa-Cruz; Ferraz, 2018, p. 6). Tais formas nostálgicas buscam, ao contrário, revalorizar elementos do passado para resistir a possíveis mudanças em direção a representações mais múltiplas e plurais da realidade.

Em face às diferentes experiências rememorativas vividas nas sociedades atuais, esta obra se concentra nas contradições e ambiguidades de ações e gestos que têm no passado seu foco de disputa. Para isso, toma como ponto de partida um certo tipo de iconoclastia que ganhou forma nas séries de ataques a estátuas e a outros monumentos públicos ocorridos em diferentes países, inclusive no Brasil, nas últimas décadas.

Sabemos que a iconoclastia não é um fenômeno novo. Seus primeiros registros remontam a eras remotas. Na Europa, por exemplo, o período bizantino, entre os séculos VIII e IX, ficou

marcado pelas lutas travadas entre os que combatiam as imagens religiosas e seus adeptos. Naqueles tempos longínquos, ainda não era atribuído valor artístico e patrimonial a esses materiais de memória¹ (Le Goff, 1992), o que só veio a ocorrer entre os séculos XIV e XV, durante a Renascença na Itália. Fez-se necessário, a partir de então, protegê-los dos desgastes causados pela passagem do tempo e pelas guerras.

Em 1789, no contexto da Revolução Francesa, quando foram destruídos diversos monumentos que simbolizavam o Antigo Regime, sistematizaram-se, pela primeira vez, leis relativas ao patrimônio e ao restauro, administradas pelo Estado (Gonçalves; Mucheroni; Castro, 2023). Foi também quando se preconizou a substituição dos “signos da escravidão e da idolatria, da ignorância e da superstição” por “signos dos modernos do Iluminismo, da retórica progressista da revolução política e da liberdade”. A partir desse momento, teria sido criado um paralelo entre a iconoclastia e a revolução (Imparato, 2023, p. 177).

Os iconoclastas começaram a ser entendidos como progressistas radicais e os iconófilos como conservadores ingênuos. Mas foi nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, ao longo das quais movimentos sociais espontâneos passaram a atacar os mais variados monumentos, que a memória a eles associada se tornou elemento sensível no campo das disputas políticas em diferentes partes do mundo.

Olhamos para esses fenômenos iconoclastas contemporâneos e suas diversas configurações, a partir da noção de *gesto mnemônico*, conceito que estamos construindo desde 2022, no âmbito do GT Estudos da Memória e Comunicação, da Compós, e da Rememora – Rede Brasileira de Pesquisadores de Memória e Comunicação. Heller, Ribeiro e Perazzo (2022) apresentaram texto *Monumentos em disputa: movimentos iconoclastas*

1 Para Jacques Le Goff (1992, p. 535), “materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”.

contemporâneos e reconfigurações das narrativas da memória coletiva, em que aparece a ideia de gestos iconoclastas como movimentos ressignificadores incessantes do passado, embora realizados e ancorados nas lutas do tempo presente.

Desde então, os debates do GT nos levaram à dimensão da memória como gesto a partir da leitura de Jean Duvignaud que, em entrevista a Jean Laplantine, explicou-a não com base em concepções totalizadoras, não como herança, mas como prática que continua agindo no preenchimento de falhas e lacunas da memória. O autor afirma: “aquilo que permite a conservação da memória é [sic] justamente as criações imaginárias que uma geração faz” (Duvignaud, 1995, p. 14). O conceito foi considerado particularmente interessante pela ênfase que, a partir dele, poderia ser dada à dimensão da agência nas dinâmicas da memória. Foi essa ideia que sustentou os argumentos desenvolvidos no artigo *Não é o começo do paraíso, mas a saída do inferno: disputas de memória e negacionismos no 08 de janeiro de 2023*, de Heller e Ribeiro (2023). Para as autoras, gesto é sempre ato pragmático e performático: “Memória como gesto é mais do que uma forma de representação; é trabalho e ação” (Heller; Ribeiro, 2023, p. 3). A ideia de memória como gesto foi retomada também por outros pesquisadores pertencentes ao GT da Compós e à Rememora, como Luciana Amormino (2024a; 2024b), que leva essa discussão para o estudo da memória de caráter coletivo na cidade de Belo Horizonte, enredada a outras perspectivas teóricas e metodológicas.

Ao nos voltarmos para os gestos iconoclastas, percebemos as diversas narrativas construídas em torno deles, considerados simples vandalismo por alguns e ativismo de memória por outros. Houve quem defendesse, *a priori*, a derrubada de todas as estátuas dos opressores, causadores de genocídios e de sofrimento coletivo no passado. Alguns sugeriram cautela, acreditando que seria necessária uma análise caso a caso, antes de qualquer intervenção. Houve, ainda, os que desejavam ver os monumentos não destruídos, mas deslocados para museus,

construídos especialmente para abrigá-los. As diferentes propostas a respeito desses monumentos evidenciam a pluralidade de perspectivas em circulação sobre eles e os usos e dimensões políticas que a memória social² sobre os fatos e personagens podem ganhar em diferentes contextos e temporalidades. A falta de consenso aponta, mais uma vez, a dimensão da luta por sentidos, aspecto que nos interessa observar.

Ao comentar alguns casos ocorridos nesse contexto e citar outros que lhes precederam, pretendemos pensar nos múltiplos significados que buscaram produzir na memória social e refletir sobre o movimento iconoclasta contemporâneo contra monumentos públicos (em especial, estátuas), edificadas em centros urbanos em diferentes continentes. Acreditamos que os diferentes gestos mnemônicos, que configuraram as práticas iconoclastas aqui analisadas trazem, no seu conjunto, algo novo que nos parece significativo. Refletimos sobre o que há de específico nessas formas de iconoclastia contemporânea e como elas podem nos ajudar a pensar as dinâmicas da memória social nos dias de hoje. Perguntamos também se elas indicam novas configurações políticas da prática mnemônica no nosso tempo.

Desse modo, nosso foco, neste livro, recai sobre as disputas da memória social e sobre os usos políticos do passado. Interesou-nos identificar diferentes gestos mnemônicos envolvidos no movimento iconoclasta atual, que, a nosso ver, procuraram exacerbar – de diferentes maneiras – a dimensão performática e política da memória. São gestos compreendidos como **ato e movimento, dotados de significados**, que participam ativamente dos processos de construção e reconstrução de

2 Maurice Halbwachs inaugura o campo da memória social. Sua obra póstuma, *A memória coletiva* (1990), tornou-se referência. Entre outros estudiosos do autor, é o sociólogo Gérard Namer quem reconhece, nas ideias do pensador francês, que toda memória coletiva é centrada na memória social (*apud* Jonas, 2003). Considerando a observação de Namer e o fato de que a designação memória social pode abarcar todo o conjunto de fenômenos sociais e psicossociais da memória na sociedade e, ainda, para não avançarmos no conceito de memória coletiva halbwachiano, constantemente problematizado, optamos por utilizar, no livro, o termo memória social. À guisa de esclarecimento sobre as diferenças conceituais entre os termos, e seus limites, sugerimos a leitura de Sá (2007).

memórias coletivas. O gesto mnemônico assume **função social e cultural**, como **marcador de identidade e pertencimento** dentro de grupos sociais.

Os exemplos apresentados foram coletados em notícias divulgadas em mídias eletrônicas, disponíveis na internet. Não nos preocupamos com as características dos veículos, mas, sim, com a elaboração de análises sobre as ações deflagradas e suas possíveis significações, a partir dos estudos da memória social. A dimensão estética do patrimônio, o debate historiográfico sobre monumentos e representações, a cobertura jornalística ou outras formas de circulação das imagens dos eventos nas mídias sociais também não fizeram parte de nossas inquietações. Tampouco os aspectos jurídicos e processuais envolvidos nessas manifestações. Por outro lado, levamos em conta o contexto em que os aparatos técnicos de comunicação criam meios de produção, circulação e consumo de imagens que, por sua vez, geram outras formas de reinterpretação de eventos históricos e da memória social. Estamos tratando de lugares centrais de construção de visibilidade e engendramento das lutas políticas do nosso tempo.

As diferentes ações de intervenção sobre monumentos, em um contexto de alta midiaticização, configuraram maneiras de incentivar debates sobre temas como racismo, colonialismo e neofascismo. Colocaram, ainda, na agenda pública, discussões sobre processos de patrimonialização e sobre a constituição de espaços de memória. Chamaram a atenção para a necessidade de recontar a história sob outras perspectivas, mais múltiplas e inclusivas, e de dar voz e presença às narrativas de minorias, esquecidas ou silenciadas.

A iconoclastia da qual tratamos, no entanto, nem sempre caminha nesse sentido. Como já mencionamos, algumas vezes pode dar forma a nostalgias políticas conservadoras. Analisamos gestos mnemônicos que se insurgem contra monumentos e patrimônios públicos, tendo em vista a valorização de elementos do passado que consagram visões de mundo autori-

tárias, e, algumas vezes, formas de negacionismo histórico. Para isso, exploraremos algumas das ações levadas a cabo em 8 de janeiro de 2023, quando centenas de pessoas invadiram e vandalizaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

O livro se divide em três capítulos. No primeiro, tratamos dos ataques a monumentos públicos como manifestações de resistência e contestação do passado. Os gestos mnemônicos selecionados nos fizeram pensar sobre as noções de violência narrativa e trauma articuladas pela iconoclastia, inicialmente apresentadas em Nunes, Heller e Perazzo (2022) e ampliadas neste trabalho. No segundo capítulo, trazemos alguns exemplos de intervenção em monumentos ocorridos em 2020, especialmente a partir do mês de maio, quando George Floyd, cidadão afro-americano, foi asfixiado por um policial branco, em Mineápolis, Estados Unidos. Sua morte desencadeou uma onda de protestos em diversas cidades e seu enunciado *I can't breathe* (não consigo respirar), proferido ao seu algoz enquanto ainda conseguia dizer algo, repercutiu nos movimentos antirracistas, que aconteceram concomitantemente em várias partes do mundo. Nem mesmo o complexo contexto sanitário, marcado pela pandemia de Covid-19, impediu que protestos de rua, iniciados nos Estados Unidos, se espalhassem por outros países, ganhando a adesão de personalidades diversas contra a violência praticada e tudo o que ela representava.

Uma semana após a morte de Floyd e dois dias antes de seu enterro, manifestantes derrubaram, em Bristol, na Inglaterra, uma estátua de bronze de Edward Colston, da empresa Royal African Company. Colston era, há tempos, alvo de polêmicas, devido a sua atuação no comércio de africanos escravizados no século XVII (Cavalier Savoia; Sena Verena, 2022, p. 36-37). Nos dias seguintes e mundo afora, outras estátuas e monumentos que representavam personagens ligados a processos de conquista e colonização europeia, traficantes de escravizados, heróis de guerra, reis e imperadores foram atacados, queima-

dos, destruídos, decapitados, pichados, derrubados, deslocados. Foi esse fenômeno que nos interessou observar.

No terceiro e último capítulo, discutimos sobre a invasão e depredação da sede dos Três Poderes da República ocorrida uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e comandada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que questionavam o resultado das eleições de 2022. Vestidos de verde e amarelo, os manifestantes golpistas ocuparam a Esplanada dos Ministérios e, em poucas horas, destruíram móveis, objetos, equipamentos de informática, obras de arte e áreas internas dos prédios ocupados.

Os manifestantes – por meio de faixas, discursos e palavras de ordem – pediam o fechamento da Suprema Corte e a intervenção das Forças Armadas para a deposição do governo eleito. A profanação dos símbolos da República e da democracia ganhou forma por meio de gestos variados, que performaram, de diferentes maneiras, o desejo de retorno a um passado marcado pelo autoritarismo e arbítrio. Analisamos alguns desses gestos para buscar entender como, por meio deles, se buscou estabelecer conexões mnemônicas tendo em vista as lutas políticas do presente.

Conduzimos nossa reflexão levando em conta as disputas de memória que ocorrem por meio dos gestos mnemônicos e dos movimentos iconoclastas sobre estátuas, monumentos, lugares e patrimônios da memória social. Violências narrativas marcam tais disputas, tanto as oficialmente impostas, quanto as que buscam outras versões mais múltiplas da história, decolonizando as anteriores, ou ainda aquelas que procuram a restauração de versões autoritárias do passado. Inquietações norteadoras dessa escritura. Questões atuais que contam muito sobre nós.



CAPÍTULO 1

Iconoclastia e gestos mnemônicos: Estátuas e outros monumentos

Sabe-se que monumentos, como representações materiais de memória, não representam o passado, mas uma certa versão dele que se deseja fixar. Sua construção se dá por uma prática mnemônica que se faz na tensão entre lembrança e esquecimento. Como bem definiu Elizabeth Jelin (2017, p. 15), a memória é “um passado que se atualiza em seu enlace com o presente e também com um futuro desejado no ato de rememorar”. A memória é sempre seleção, e, por isso, o memorável para uma coletividade é processo que aciona e é acionado por muitas instâncias. Como nosso objeto empírico é da ordem do social, é inevitável que o memorável envolva disputas, corroborando a máxima de que a construção da memória social – e do que pode ser lembrado ou esquecido – é política. Não seria diferente com a edificação de monumentos.

Como ato político, não necessariamente partidário, erigir monumentos está, em geral, ligado aos poderes constituídos e à memória oficial. Como afirmou Jacques Le Goff (1992, p. 426), desde sempre, o desejo de “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Ao tratar sobre monu-

mentos, o historiador francês recuperou a etimologia latina da palavra, *monumentum*, para mostrar sua raiz indo-europeia *men* e problematizar sua relação com a memória (*memini*) e a história. Na pista etimológica, relata que o verbo *monere* significa fazer recordar e afirma que “atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (Le Goff, 1992, p. 535). Porém, conta que desde a Antiguidade romana o *monumentum* assume predominantemente dois sentidos: como obra comemorativa de arquitetura ou escultura e como monumento funerário para eternizar a vida de alguém.

Ligado ao poder de perpetuação das sociedades históricas, o monumento é um legado da memória social, assim como os documentos. O historiador francês explica que o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ensinar, evoluiu para o significado de prova e logo se vinculou ao testemunho. A partir de uma série de argumentos, Le Goff (1992) formula, então, o conceito de documento/monumento e insiste que a tarefa do historiador é a da crítica ao documento (como prova e como testemunho) enquanto monumento. De modo a não deixar dúvidas, conclui: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças dos que aí detinham o poder” (Le Goff, 1992, p. 545).

Monumentos, assim como os documentos, são falsos e verdadeiros simultaneamente, pois expressam as dinâmicas de poder de uma época, mas são uma montagem, um ato com a intencionalidade de perpetuar uma versão particular do passado. Para Le Goff (1992, p. 548), é preciso “começar a desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos e dos monumentos”.

Na esteira desse pensamento, elaboramos nossa investigação procurando compreender os atos de intervenção sobre monumentos atuais cuja existência foi questionada. Defende-

mos a hipótese de que as violências praticadas contra eles não foram ações inconsequentes, mas reveladoras da necessidade de se contestar o que insiste em permanecer como marcas de um passado considerado opressor, excludente, autoritário. São ações que, igualmente, narram a impossibilidade de convivência pacífica entre oprimidos e representações opressoras. Em nossa proposta de análise, a violência é narrativa, compreendida como gesto mnemônico e como linguagem (Pereira *et al.*, 2000), podendo estar conectada a traumas coletivos.

A discussão que expomos ocorre globalmente, uma vez que a correlação de forças entre opressores e oprimidos, entre senhores e escravizados, entre colonizadores e colonizados, para ficar apenas nesses pares de oposição, modifica-se conforme diferentes contextos, atravessa e altera as diversas manifestações das culturas, indefinidamente.

A multiplicidade de significados ou conotações simbólicas atribuídas ou ganhas em função de diferentes contextos históricos permite concluir que, apesar da transitoriedade cultural dos tempos, os signos transformados em novos símbolos (que acumulam significações do passado) poderão constituir na contemporaneidade razão de práticas conflituosas e fator de exclusão, caso não estejam enraizados na realidade cultural da sociedade ou comunidade onde estão inseridos (Goes, 2022, p. 11).

Em outras palavras: os ataques às estátuas, como prática iconoclasta contemporânea, podem ser compreendidos como manifestações de resistência e contestação, que ressignificam símbolos do passado à luz das demandas do presente. Esses monumentos, frequentemente associados à opressão, colonização ou escravidão, ganham significações históricas que, parafraseando Goes (2022), podem se tornar motivo de conflito ou exclusão quando não estão enraizados na realidade cultural das comunidades onde se encontram. Ao serem reinterpretados em novos contextos, passam a expressar as tensões entre memória e justiça social. Nesse sentido, tais atos iconoclastas não apenas questionam os monumentos, mas

também evocam o impacto de traumas coletivos, transformando a violência do gesto em um gesto mnemônico que evidencia as feridas do passado ainda não superadas.

Para melhor compreensão dos movimentos iconoclastas selecionados, em sua potência simbólica e como linguagem, debruçamo-nos antes sobre a noção de violência narrativa e trauma.

Violência narrativa e trauma

Violência narrativa significa o encadeamento sógnico que permite contar e se constituir em elemento comunicacional para superação de uma experiência dolorosa do passado, como o trauma, esse “engasgo entre o não poder lembrar e o não poder esquecer” (Slavutzky; Sousa, 2021, p. 36).

Tema complexo e debatido no âmbito das conexões com a cultura, a violência é concebida neste livro como ato comunicacional, isto é, como linguagem e, acrescentamos, como gesto de memória. Já para lidar com o trauma, parafraseando Dunker (2019) e recuperando Walter Benjamin (1987a), é preciso narrar, compartilhar, dinamizar lembranças. Em algumas situações e contextos, a violência gerada por traumas torna-se a única forma possível da narrativa. Nesse sentido, os trabalhos organizados por Pereira *et al.* (2000, p. 14-15) mostraram o quanto a violência, especialmente no Brasil, revela-se afirmativa e pode, paradoxalmente, funcionar como “expressão limite de articulações culturais dinâmicas, a opção para reivindicar exigências sociais justas, a forma de representar novas identidades culturais ou ressimbolizar a situação de marginalidade”.

Os autores chamam de violência ressimbolizada aquela que é tanto expressão da busca por justiça, quanto estratégia de visibilidade. Nos objetos empíricos estudados, a violência depredatória e incendiária contra estátuas e outros monumentos, ocorrida em 2020 após o assassinato de George Floyd, foi praticada por grupos sociais afetados pelas ações dos sujeitos históricos homenageados, tidos, até recentemente, como heróis nos livros escolares em seus respectivos países. Mas não se trata apenas de reação à memória

herdada (Halbwachs [1950], 1990); a violência também explode como decorrência do fenômeno da globalização que fragmenta identidades e fronteiras geopolíticas, exclui o acesso de grupos sociais a bens de consumo, à tecnologia e à velocidade de informação, impostas por ela.

A violência que testemunhamos contra os monumentos reflete a marginalização socioeconômica e política de certos grupos sociais e o desejo deles de contar uma outra versão da história a partir da destruição e de outras formas de intervenção³, por isso, denominada por nós como violência narrativa. É, na verdade, uma resposta a diferentes formas de violência simbólica que os próprios monumentos expressam.

Dialogando com os trabalhos de Pereira *et al.* (2000), podemos compreender que a violência narrativa interfere no cotidiano, traz alteridade e constrói novos sentidos para os monumentos atingidos. Concordamos com os autores quando apontam uma face menos óbvia da violência: “a de constituir-se em um ato fundador, um tipo de ação política não necessariamente organizada ou programada, mas que alicerça novas práticas e discursos” (Pereira *et al.*, 2000, p. 22). Em consequência, sugerimos pensar as interferências nos monumentos como um modo de lidar com o trauma histórico, como uma tentativa de superá-lo simbolicamente.

O conceito de trauma é complexo e vem sendo trabalhado de diferentes perspectivas desde a obra fundadora de Sigmund Freud (1986a; 1986b). No cerne do conceito, está a ideia de que algumas experiências podem ser tão avassaladoras e emocionalmente dolorosas para um indivíduo que sua psique, como forma de proteção, precisa recalcar a lembrança do acontecimento. Mas o recalque não é esquecimento absoluto, porque o que foi vivido deixa marcas duradoras no inconsciente e se expressa na vida do sujeito por meio de sintomas e pela compulsão à repetição. O trabalho do psicanalista é fazer, por meio do manejo da transferência, com que o paciente

3 Entendemos que o termo destruição deve ser usado com cautela, uma vez que pode endossar a narrativa colonialista, à qual o movimento iconoclasta justamente quer se opor. Além disso, como veremos, a iconoclastia contemporânea se dá de formas variadas, não necessariamente destrutivas.

recorde o que foi recalcado, evitando a repetição sintomática do passado. É preciso elaborar o trauma, essencialmente por meio da memória e da narração.

Walter Benjamin (1987a, p. 269), no texto *Conto e cura*, publicado em 1928, retoma esse mesmo princípio freudiano quando escreve: “também já se sabe como o relato que o paciente faz ao médico no início do tratamento pode se tornar o início de um processo curativo”. Por meio de metáfora da correnteza de um rio sugere que se as doenças “se deixassem flutuar para bem longe – até a foz – na correnteza da narração”, talvez se criasse “a condição mais favorável de muitas curas”.

Os autores parecem focar nas tentativas de superação dos traumas por meio das narrativas. Narrar em qualquer linguagem o que estava de algum modo recalcado, soterrado pelas camadas do tempo vivido. Palavra falada, como na terapia analítica, nas conversas íntimas com amigos, nas falas confessionais, no conto materno, como na descrição benjaminiana. Mas também pela escrita literária, epistolar, pelos diários, pelas tantas formas de arte, como a edificação de estátuas. Narrar o trauma pode significar renascimento (Seligmann-Silva, 2008).

Narrar o trauma é, portanto, uma prática fundamental para elaborar as experiências dolorosas e disruptivas do passado de um indivíduo. Mas será que essa lógica também é válida para as coletividades? Ora, se não é possível fazer uma transposição mecânica das reflexões sobre o funcionamento da psique para o das sociedades, os conceitos da psicanálise podem ser úteis como analogias. Isso porque também os grupos ou as sociedades às vezes tentam esquecer – por meio da negação, ocultação ou silenciamento – momentos problemáticos do seu passado. Ou, em certos casos, se apegam de forma patológica a algumas experiências, conformando um “passado que não quer passar”, na expressão do historiador alemão Ernest Nolte (*apud* Dosse, 2003, p. 288). É possível falar, assim, em traumas sociais e “memória histórica enferma” (Ricoeur, 2007).

Nesse sentido, a violência narrativa que acomete obras públicas, consideradas como monumentos que reforçam dinâmicas de domi-

nação, destinadas a homenagear perpetradores de genocídios, pode acionar essas “lembranças aflitivas” (Freud, 1990) e desencadear debates entre líderes de movimentos sociais e debatedores prós e contras:

[...] uma estátua não retrata uma figura histórica, é apenas uma determinada representação, uma memória apologética desta [...]. Por isso, o seu derrube não implica o desaparecimento histórico de uma figura [...], mas sim a destruição do legado dos seus encomendadores, que revestidos de uma dignidade construída encontram na edificação da estatuária pública uma forma de autoglorificação e imortalização do seu legado (Goes, 2022, p. 113).

Os ataques colaboram para trazer a lembrança daquilo que se quer apagar e, de certa maneira, revisitar experiências passadas sufocadas, não narradas. Lembremos que o processo de emergência da cultura da memória, a partir do final do século XX e ainda presente nas primeiras décadas do século XXI, está intrinsecamente ligada à necessidade do não esquecimento de traumas históricos, como genocídios e atrocidades, e à defesa dos direitos humanos (Huysen, 2020; 2012; Assman; Conrad, 2010; Assmann, 2011; Robin, 2016; Hirsch, 1997).

A violência narrativa contra monumentos colonialistas funciona, a partir dessa perspectiva, como uma contínua luta contra a opressão, não só do passado, mas do que dele permanece no presente. Embora os monumentos remetam a fatos distantes no tempo, representam simultaneamente sua legitimação e rerepresentação, na medida em que permanecem nas ruas e praças (Goes, 2022, p. 113).

Gestos mnemônicos iconoclastas e seus sentidos

A destruição de símbolos do passado não é um fenômeno recente, como já dissemos. Em diferentes momentos da história, monumentos foram abatidos em nome de uma nova ordem. Alguns casos são

bastante conhecidos. Em 1776, após a declaração de independência dos Estados Unidos, por exemplo, soldados e cidadãos estadunidenses derrubaram a estátua do rei inglês George III, no parque Bowling Green, em Manhattan. A estátua, derretida na sequência, foi transformada em munição. Este evento configura exemplarmente um gesto de memória: a representação do colonizador, por meio de uma ação coletiva, metamorfoseou-se em artefato imprescindível na luta contra quaisquer outros prováveis opressores. Em outras palavras: a mesma matéria-prima, que antes deu forma à representação do vilão, fundiu-se para destruir não mais um monumento, mas pessoas que pusessem em risco a nova soberania nacional.

Figura 1 - Pintura representa a derrubada da estátua de George III, em Nova York, no século XVIII.



Fonte: New York Historical Society, 2020.

Na França, situações semelhantes também ocorreram na Revolução Francesa, em 1789, quando a Bastilha, prisão símbolo do absolutismo, foi colocada abaixo e várias estátuas foram derrubadas e transformadas em balas de canhão. E, posteriormente, durante a Comuna de Paris, quando derrubaram o monumento de Napoleão em vestes de imperador romano, na Praça Vendôme.

Figura 2 - Derrubada da estátua de Napoleão em vestes de imperador romano, na Praça Vendôme, em Paris, no século XIX.



Fonte: Disdéri (2021).

No século XX, há inúmeros exemplos de ataque a monumentos públicos. Na Rússia, durante a revolução de 1917, a estátua do czar Alexandre III teve a cabeça decepada pelos bolcheviques. Nesse caso, o gesto mnemônico se configura na violência de uma cabeça separada do corpo que a sustentava. Vários prédios, construções e mausoléus também foram alvo da fúria dos revoltosos. Para eles, os símbolos da velha ordem precisavam ser destruídos para que uma sociedade, baseada em novos valores políticos, surgisse.

Figura 3 - Cabeça decepada da estátua do czar Alexandre III, na Rússia, durante a revolução de 1917.



Fonte: Everett Historical/Shutterstock (1917).

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, a situação se reverteu: os monumentos dos líderes soviéticos é que foram aniquilados. Uma imagem, muito veiculada pelos meios jornalísticos à época, foi a da derrubada da estátua de Felix Dzerzhinsky, fundador do Serviço Secreto Russo (KGB), por jovens moscovitas que celebravam o fim do comunismo⁴. Nesse período, com a unificação da Alemanha e a crise do socialismo no Leste Europeu, houve ataques em diferentes cidades aos monumentos erguidos em homenagem a Lênin e a Stalin.

Figura 4 - Derrubada da estátua de Felix Dzerzhinsky, em Moscou, 1991.



Fonte: Sapronenkov (1991).

Do mesmo modo que se viu os movimentos da iconoclastia nos séculos anteriores, podemos apontar gestos iconoclastas no nosso tempo (século XXI). Em 2015, a Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul, foi obrigada a remover a estátua do britânico Cecil Rhodes, um dos principais representantes do imperialismo britânico, após semanas de protestos contra o monumento. Manchada de pichações, ela foi retirada de sua plataforma de granito com um guindaste diante de milhares de estudantes que, entusiasmados, fotografaram o evento em seus celulares. O registro intenso e a ampla circulação de imagens dos eventos são características intrínsecas da performatividade dos gestos mnemônicos iconoclastas contempo-

4 Quase 30 anos depois, na Rússia governada por Vladimir Putin, Dzerzhinsky foi homenageado com um busto em frente à sede da polícia de Moscou (BBC Brasil, 2005).

râneos, isto é, da sua capacidade, enquanto linguagem, de realizar ações, de agir sobre a realidade (Austin, 1990).

Figura 5 - Estudantes comemoram a retirada da estátua de Cecil Rhodes, na Cidade do Cabo, África do Sul, em 2015.



Fonte: Hisam, 2015.

Na Argentina, em 2015, a estátua do conquistador espanhol Cristóvão Colombo, que ficava no entorno da Casa Rosada, sede do governo em Buenos Aires, foi removida e substituída por um monumento em homenagem a Juana Azurduy, liderança indígena das lutas pela independência da América (Lopez Piñeyro *et al.*, 2024, p. 7). A imensa escultura em bronze, do artista Andrés Zerner, que mede nove metros e pesa vinte e cinco toneladas, foi doada pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, durante o governo de Cristina Kirchner. O anúncio da inauguração causou polêmicas, desagradando a classe média alta portenha⁵. Em 2017, já sob a gestão de Mauricio Macri, o grandioso monumento perdeu seu posto, sob a justificativa oficial de que era necessário ceder espaço para construção de um heliporto presidencial. Azurduy foi deslocada para a antiga sede dos Correios.

5 Essa escultura retrata uma mulher não branca, alocada sob uma base de seis metros, que representa uma pirâmide inspirada na cultura Tiahuanaco. Juana Azurduy leva nas costas um bebê sustentado por uma *aguayo*, tecido tradicional que as mulheres nativas usam para carregar seus filhos, e está coberta por um poncho que imita as dobras de lá das etnias indígenas.

Figura 6 - Cabeça da estátua de Pedro de Valdivia, nas mãos da estátua de Caupolicán, no Chile, em 2019.



Fonte: Marin (2019).

No Chile, em 2019, depois do aumento de tarifas do metrô e da energia elétrica, uma multidão, estimada em um milhão de pessoas, tomou em protesto as ruas de Santiago. Em meio às manifestações, a estátua de Pedro de Valdivia, figura da conquista espanhola, foi decapitada e a sua cabeça foi pendurada nas mãos da estátua de Caupolicán, líder indígena mapuche. Foi, como nos exemplos anteriores, um gesto mnemônico contra uma herança histórica violenta, no caso o colonialismo espanhol. No pedestal do monumento, foi escrito “*Nueva Constitución o nada*” (Nova Constituição ou nada). Não sabemos se a pichação aconteceu na mesma ocasião, mas é incontestável que a imagem da cabeça do colonizador nas mãos de um líder mapuche, envolto na bandeira de seu povo, e acrescida do texto exigindo nova constituição, estabeleceram uma relação dialógica potente contra as forças opressoras e a favor da resistência.

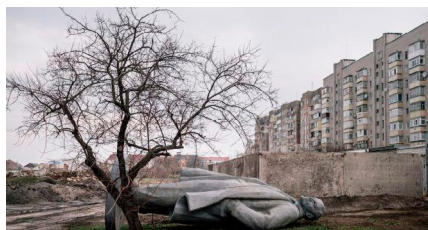
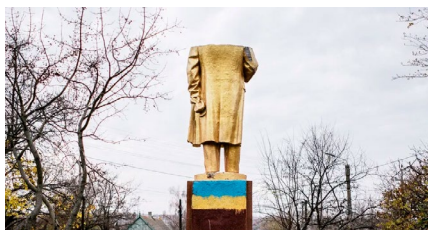
Localizados em espaços públicos e abertos, como praças, avenidas e parques, os monumentos em geral são potencialmente acessíveis a todos (Uribe, 2020, p. 9; Goes, 2022, p. 113) e, por isso, atuam sobre

os que neles habitam ou nos que apenas fruem de uma convivência esporádica. Contudo, tal localização não os torna meros objetos de contemplação passiva; ao contrário, suas meras presenças permitem interação direta com o público, criando oportunidades para fortalecer, de maneira ativa, o diálogo e a experiência cultural coletiva (Uribe, 2020, p. 21). Apesar de alguns monumentos se invisibilizarem nas idas e vindas do cidadão comum pela cidade, já que se misturam à paisagem urbana, outros promovem novas formas de comunicação e, em decorrência, constroem e reconstróem narrativas sobre o passado e projetam futuros.

É o que também ocorreu nos monumentos na Ucrânia, depois da deposição do presidente pró-Rússia, Viktor Yanukovich, em 2014. No ano seguinte, foi sancionada uma lei polêmica que baniu do país todos os símbolos relacionados à influência russa e ao passado soviético. Assim, mais de mil estátuas de líderes comunistas foram abatidas e removidas. Em alguns lugares, entretanto, optou-se pela transformação dos monumentos. Nesses casos, o passado não foi negado, mas esteticamente ressignificado a partir das forças políticas do presente.

Vale a pena citarmos algumas dessas intervenções, cujas imagens do fotógrafo Niels Ackermann e do jornalista Sébastien Gobert (figuras 07 e 08) foram registradas no livro *Looking for Lenin* (2017). O primeiro exemplo é de uma estátua de Vladimir Lênin, na região de Shabo, em Odessa, decapitada e pintada com as cores da bandeira da Ucrânia. Um tipo de intervenção semelhante ocorreu em Kremenchuk, onde uma estátua do líder soviético foi derrubada, mas mantida literalmente caída do seu pedestal.

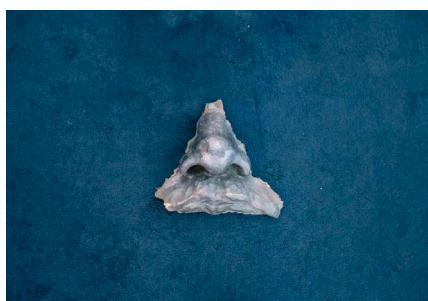
Figuras 7 e 8 - Esculturas de Lênin decapitada em Odessa, e caída do pedestal, em Kremenchuk, ambas na Ucrânia, em 2017.



Fonte: Ackermann (2015a, 2016a).

Um dos mais importantes monumentos dedicados a Lênin, localizado em Kharkiv, no leste da Ucrânia, foi assolado e destruído por manifestantes em setembro de 2014 (Figuras 09 e 10). A escultura em bronze, do artista plástico Alexander Sidorenko, media 8,5 metros e foi severamente danificada. Pedacos do monumento foram levados por pessoas que estavam no local. As partes que sobraram foram recolhidas e encaminhadas para um depósito da prefeitura. Poucos dias depois, o nariz foi colocado à venda por uma pessoa que se dizia interessada em recolher fundos para a luta contra os separatistas pró-Rússia no leste do país.

Figuras 9 e 10 - Estátua de Lênin é destruída em Kharkiv, Ucrânia, 2014; o nariz é a única sobra do monumento.



Fonte: Chekachkov (2104) e Ackermann (2016b).

No ano seguinte, em 2015, outra estátua, localizada no terreno de uma fábrica em Odessa, foi modificada pelo escultor Alexandr Miloy, que transformou Lênin em Darth Vader (Fig.11). O monumento seria

removido para um depósito, depois da lei de “decomunização” do país, mas as autoridades locais acharam mais interessante modificá-la. O artista ucraniano adicionou à cabeça do bolchevique um capacete de titânio e, com gesso, fez do seu casaco a capa do vilão de Star Wars. Mostrou, assim, que humor e cultura pop podem ser instrumentos políticos potentes acrescentando ao gesto mnemônico sua dimensão midiática.

Figura 11 - Lênin é transformado no vilão Darth Vader, em Odessa, na Ucrânia em 2015.



Fonte: Ackermann (2015b).

É importante remarcar, mais uma vez, a forte midiaticização dessas intervenções. Nesse sentido, vale citar a remoção da maior estátua de Lênin remanescente na Ucrânia, em 2016. O monumento de 20 metros, localizado em Zaporizhzhya, no sudeste do país, vinha resistindo a diversas tentativas de retirada, até que foi removido de sua base por operários da prefeitura e transportado para um “depósito de estátuas totalitárias” (Figs. 12 e 13). As imagens da remoção foram transmitidas ao vivo pelo YouTube (Last Lenin in Zaporizhia, 2016). Antes disso, em 2014, ativistas já haviam zombado do monumento, vestindo Lênin com uma camisa tradicional ucraniana contendo elementos do bordado étnico nacional.

Figuras 12 e 13 - Ativistas vestem estátua de Lênin com tradicional camisa ucraniana, antes de o monumento ser removido, em Zaporizhia, na Ucrânia em 2016.



Fonte: Reuters (2014).⁶

Tais exemplos mostram diferentes formas de intervenção nas estátuas de Vladimir Lênin por aqueles que as viam como símbolo da opressão dos russos sobre os ucranianos. Os autores do *Looking for Lenin* percorreram todo o país na busca por restos de monumentos e registraram mais de quarenta outros casos semelhantes. Segundo eles, o trabalho só foi possível graças à interação com a população nas mais diversas cidades, além das colaborações de curadores, colecionadores, ativistas, chefes de aldeias e guardas de segurança.

As intervenções nos monumentos ucranianos, no entanto, não ficaram imunes às críticas e polêmicas. Como em outros casos vistos neste livro, as opiniões variam e algumas vezes divergem. É muito difícil produzir consenso sobre o passado quando o que está em jogo é, explicitamente, as lutas políticas do presente. Segundo a especialista em arte norte-americana Claire Voon (2017, n. p.), autora da crítica ao livro *Looking for Lenin* para a revista *Hyperallergic online*, “as inúmeras e veementes opiniões sugerem que a remoção de Lenin das praças públicas pode ter apenas amplificado sua presença em

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/ucrania-transmite-derrubada-de-estatua-de-lenin-ao-vivo-no-youtube-20160317141005476367.html> e . Acesso em 27 out 2025.

suas mentes”⁷. Para nós, a memória sobre Lênin e o acontecimento a que ele ensejou historicamente, fora muito mais ressemantizado e reenquadrado a partir de novas bases, sem propriamente ter provocado seu esquecimento, como pode ter sido a intenção daqueles grupos que intervieram no monumento. Podemos perceber as tensões da memória social, sempre em disputas políticas sobre o domínio da sua narrativa. Ainda assim, os gestos mnemônicos não necessariamente acompanham as intenções daqueles que agem.

Gostaríamos de citar três outros exemplos de gesto mnemônico iconoclasta que carrega inúmeras ambiguidades e que remete à ideia de musealização. Na Rússia, após a dissolução do regime comunista, muitos monumentos de simbolismo controverso, ao invés de destruídos, transformados ou guardados em depósitos, foram realocados para o Muzeon Park (Fig. 14). Trata-se de um museu ao ar livre, criado pelo próprio governo, que exhibe estátuas de figuras como Lênin, Stalin, Dzerzhinsky e outros importantes líderes soviéticos.

Figura 14 - Muzeon Park, em Moscou, Rússia, 2009.



Fonte: Bridge to Moscow (n. d.).

Um espaço público para abrigar monumentos incômodos, ligados ao passado comunista, também foi criado pelo governo húngaro. Trata-se do Memento Park (Figs. 15 e 16), localizado em Budapeste. Assim como Muzeon Park, os monumentos lá são dispostos mu-

7 Texto original em inglês: “*Their myriad and vehement opinions suggest that the removal of Lenin from public squares may have only amplified his presence in their minds*”.

seologicamente e exibidos em pedestais. Apesar de retirados das praças públicas, as estátuas ocupam um lugar de distinção, como se, de alguma forma, lhes fosse mantido o *status* de outrora. O deslocamento e realocação espacial parecem apontar para uma espécie de negociação mnemônica e um certo apaziguamento das lutas simbólicas em relação ao passado. Trata-se de um movimento que busca uma espécie de remonumentalização desses símbolos do passado.

Figuras 15 e 16 - Memento Park, em Budapeste, Hungria, 2024.



Fonte: CNN Travel (2018); Heller (2024).

Outro exemplo é o Museu do Socialismo, localizado em Sófia, na Bulgária (Fig. 17). A proposta segue a mesma lógica dos parques russo e húngaro. Há, no entanto, uma particularidade que nos chama a atenção: as estátuas dos líderes comunistas estão dispostas como lápides e suas distribuições remetem o visitante à metáfora do cemitério.

Figura 17 - Museu do Socialismo, em Sófia, Bulgária.



Fonte: Van Der Toorn (2019).

No próximo capítulo, vamos tratar especificamente das manifestações iconoclastas deflagradas, em diferentes partes do planeta, após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, em maio de 2020. A princípio, ecoando o movimento antirracista *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), iniciado em 2013, as manifestações ganharam um caráter mais diverso e amplo, direcionado a variadas formas de violência e opressão históricas.

Partindo da ideia de que a decisão sobre a construção de um monumento não é neutra, mas uma tentativa de eternizar, no espaço público, uma visão específica sobre o passado em detrimento de outras possíveis, o movimento iconoclasta contemporâneo coloca em xeque a narrativa hegemônica da história, sobretudo nos países nos quais o discurso oficial exaltou os colonizadores e conquistadores e silenciou o protagonismo de indivíduos de grupos sociais subalternos.

Muito embora o gesto iconoclasta seja revestido de uma potencialidade que impressiona e ganha rapidamente visibilidade midiática, ele, sozinho, não é capaz de provocar, como bem afirmou Seligmann-Silva (2021), a ruína da opressão colonial ou, como prefere Azoulay (2024), do imperialismo⁸. É preciso considerar, além disso, que o movimento iconoclasta envolveu múltiplos sentidos, relacionados a diferentes realidades políticas e culturais dos países e grupos sociais envolvidos. A intervenção em estátuas aponta para significados variados, como veremos a seguir.

8 Alguns autores, como é o caso de Azoulay (2024), consideram imperialismo sinônimo de colonialismo. Não pretendemos trazer aqui a discussão sobre estes termos, muito embora nos aproximemos do que estabelece Quijano (2005), ao formular o conceito de colonialidade do poder, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. Integrante do grupo de pesquisadores latino-americanos Modernidade/Colonialidade, surgido no final dos anos 1990, Quijano distingue colonialismo de colonialidade. Enquanto o primeiro seria a relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes, a colonialidade seria a continuidade da estrutura de poder colonial e, portanto, da dominação colonial.



CAPÍTULO 2

Movimentos iconoclastas e decoloniais

O assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020, desencadeou diversas manifestações iconoclastas, caracterizadas por alto grau de espetacularização midiática. O movimento cresceu nos Estados Unidos e rapidamente se espalhou para várias outras partes do mundo, inclusive para o Brasil. O evento funcionou como gatilho para contestar a presença de monumentos identificados com racismo e desrespeito aos direitos humanos.

Nesse momento, acompanhamos movimentos que colocavam em pauta, por meio das violências narrativas, os processos de exclusão e opressão institucionalizados nos discursos hegemônicos de superioridade sobre grupos subalternizados ao longo dos últimos séculos – período chamado de modernidade pelo próprio conhecimento europeizado. Foram movimentos que denunciavam padrões estabelecidos “por uma ótica colonial e [anunciavam] outras formas de ser, viver e saber” (Souza; Fonseca, 2019, p. 885). Assim, os gestos mnemônicos que se seguiram nos movimentos iconoclastas após 2020 questionavam as formas de opressão perpetradas contra os diversos grupos subalternizados pelos processos coloniais e europeizantes, algo que já se via em algumas intervenções urbanas anteriores, como as que ocorreram em Buenos Aires, em 2015, e em Santiago, em 2019, citadas no capítulo anterior.

Poucos dias após o assassinato de George Floyd, no Oregon, em meio a uma série de protestos nas universidades, foram derrubadas duas estátuas de Alexander Phimister Proctor, que faziam referência aos pioneiros colonizadores europeus (*The Pioneer* e *The Pioneer Mother*). Ainda nos Estados Unidos, entre maio e junho de 2020, foram pichadas estátuas de figuras como o general confederado Robert E. Lee (Richmond) e o jurista defensor da escravidão Matthew Deady (Eugene). O mesmo ocorreu em Melbourne, na Austrália, em junho de 2020, com a imagem do navegador e colonizador James Cook.

Durante os protestos de 2020, manifestantes picharam uma estátua de Winston Churchill, em Westminster, Londres, com a frase “era um racista” (Fig. 18). O ex-primeiro-ministro, considerado herói britânico por sua atuação na II Guerra Mundial, é apontado por muitos historiadores como um adepto da supremacia branca. Ele defendia que o imperialismo britânico era benéfico para raças consideradas “primitivas”.

Figura 18 - Manifestantes picham estátua de Churchill, em Londres, 2020.



Fonte: Infantes (2020)

Durante protestos do movimento *Black Lives Matter*, em 07 de junho de 2020, a estátua de bronze de Edward Colston, famoso traficante de escravos do Reino Unido, foi derrubada por manifestantes em Bristol. O monumento, que ficava em um pedestal no centro da cidade, foi arrastado pelas ruas e lançada no rio Avon (Figs.19 e 20).

A ação ocorreu em meio ao debate sobre monumentos que celebram figuras históricas ligadas à escravidão. Edward Colston lucrou com o tráfico de escravos, sendo responsável pelo transporte de pelo menos 84 mil pessoas da África Ocidental para o Caribe.

Figuras 19 e 20 - Estátua de Edward Colston é jogada no Rio Avon, em Bristol, Reino Unido, em 2020.



Fonte: Birchall (2020).

Em 15 de julho, no pedestal onde ficava a estátua de Colston, foi instalada uma escultura do artista Marc Quinn, que recebeu o título “*A surge of power*” (“Uma onda de poder”). A obra, feita de aço e recoberta por resina preta, homenageava a ativista negra Jen Reid, que havia participado das manifestações. A jovem foi representada com o braço direito levantado em uma saudação do tipo *black power*. A estátua de Jen foi removida por ordem da Câmara Municipal de Bristol no dia seguinte à sua instalação.

Figura 21 - Escultura de jovem ativista negra é instalada no pedestal onde antes ficava a estátua Edward Colston, Reino Unido, em 2020.



Fonte: Reid (2020).

Os exemplos poderiam ser citados à exaustão. Entre 30 de maio e 23 de outubro de 2020, mais de uma centena de estátuas de personalidades foram retiradas pelo poder público, destruídas por manifestantes ou simplesmente contestadas e vandalizadas (Lalouette, 2021). Uma página da Wikipedia apresenta uma lista de quase 200 monumentos removidos durante os protestos contra a morte de George Floyd⁹.

As intervenções em todos esses monumentos tiveram em comum o fato de serem levantes contra representações de um projeto colonial sustentado por violências impostas a grupos considerados minoritários, as maiorias silenciadas, a corpos e territórios subjugados, se constituindo, assim, como a exploração fundadora do capitalismo. “É essencial desfazer a operação do obturador [da câmera fotográfica] no espaço, tempo e corpo político, as três dimensões por meio das quais a violência imperial opera”, ressalta Azoulay (2024, p. 28).

Azoulay (2024, p. 26) considera que o empreendimento imperial como um todo atuou e atua não apenas na ocupação de outros territórios por países europeus, mas também na domesticação e destruição destes outros mundos, “uma violência que assume que as pessoas e os mundos são matéria-prima, considerando-os invariavelmente como recursos imperiais”. Nessa perspectiva, a autora defende que se desaprenda o imperialismo por meio da prática da história potencial, como uma forma de reverter os instrumentos que simbolizam e materializam os controles e a dominação. “A história potencial não restaura os mundos depois da violência, mas rebobina-se ao momento anterior à violência ocorrida e tem início nesse ponto” (Azoulay, 2014, p. 29).

Nesse sentido, é interessante observar que os monumentos públicos podem provocar sentimentos variados. Imagens, como enunciados verbais, são capazes de mobilizar afetos e despertar reações distintas. Algumas, quando as contemplamos, parecem nos

9 Uma lista dos monumentos e memoriais removidos durante os protestos motivados pela morte de Geore Floyd estão disponíveis numa página na Wikipedia (List of monuments and memorials removed during the George Floyd protests, 2025). Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_monuments_and_memorials_removed_during_the_George_Floyd_protests#Buildings Acesso em: 03 set.2025.

olhar de volta, como se ganhassem vida e, assim, nos sentimos apoiados, representados. Outras, ao contrário, despertam repulsa, raiva, indignação (Klein, 2021). Imagens ainda podem servir de estímulo para que os oprimidos consigam evocar suas lembranças e criar suas próprias narrativas, sem terem de se apropriar das narrativas da memória nacional. Os monumentos e as estátuas fazem rememorar o que ali está e o que não está. Derrubar uma imagem que representa o colonizador sanguíneo, por exemplo, pode funcionar como catalisador daquilo que gerações anteriores não puderam acessar ou expressar.

Desse modo, podemos nos dar conta do que diferentes intervenções têm em comum, uma vez que a própria dinamicidade da memória, que se movimenta junto com o presente dos fatos rememorados, demonstra que tais obras têm seus sentidos transformados diante das novas condições sociais contemporâneas. Com as atuais discussões e a efervescência dos movimentos decoloniais, o que vemos são monumentos que, como heranças do passado, foram patrimonializados, mas são também sinais de um passado colocado em questão no presente. Estes monumentos reverenciam acontecimentos que precisam, como diz Azuly (2014), ser revistos, revertidos ou mesmo desfeitos. Passam a ser atacados para que se produzam outras narrativas com novos sentidos e significados, nos quais talvez seja possível elaborar passados históricos traumáticos.

As ações contra estátuas ou monumentos foram acompanhadas de teatralidades, uma vez que foram espetacularizadas e muito divulgadas tanto na mídia tradicional quanto nas redes sociais. A intensa midiaticização por meio da qual ocorreram os ataques aos monumentos públicos foi uma dimensão fundamental do que estamos denominando aqui de gestos mnemônicos iconoclastas. Esses gestos, como já mencionamos, foram muito variados e remeteram a sentidos diversos. As diferentes performatividades envolvidas nesses atos foram decisivas para a produção de determinados sentidos em torno deles.

Houve, por um lado, ações no âmbito da violência narrativa que buscaram derrubar, destruir, quebrar, queimar e retirar as estátuas de

seus locais de monumentalização. Mas houve também outros gestos que buscaram intervir nos monumentos, tendo em vista não o seu apagamento ou destruição, mas sua ressemantização por meio de ações variadas: pichações, inscrições, interferências, substituições, deslocamentos, remonumentalizações. Concordamos com Bruno Latour, para quem mais do que a destruição propriamente dita, o que se revela de extrema importância “é o que está além dela”, a “maneira de interpretar a fabricação e a destruição da imagem” (*apud* Imparato, 2023, p. 178). Os gestos, muitas vezes, se mesclaram, se hibridizaram, se metamorfosearam com a violência narrativa e os processos ressemantizadores.

Gestos iconoclastas, de uma forma ou de outra, são sempre mnemônicos porque traduzem não somente a interação entre os indivíduos e o momento vivido, mas também representam a reinscrição de experiências passadas na memória social. As intervenções sobre os monumentos permitem a reelaboração da experiência do presente e do passado histórico dos que promovem tais ações e daqueles que, de forma direta ou indireta, são afetados via consumo midiático e simbólico de narrativas midiaticizadas por essas experiências.

Ações de cunho decolonial, por exemplo, não estão somente nas terras geográficas das ex-colônias europeias, também se espalham pelos espaços da recordação (Assmann, 2011), novos lugares de memória, onde a iconoclastia se desenrola e, muitas vezes, se impõe. Foi o que ocorreu na Bélgica, onde a estátua do Rei Leopoldo II, conhecido pelas atrocidades cometidas no então Congo Belga, na África, foi primeiramente pichada e quebrada, sendo, depois, retirada pelo governo, em 9 de junho de 2020.

Gestos híbridos também ocorreram quando manifestantes picharam e derrubaram, em julho de 2021, estátuas da Rainha Victoria e da Rainha Elizabeth II na cidade canadense de Winnipeg. O evento ocorreu quando se descobriram restos mortais de mil e cem crianças no local onde, outrora, funcionaram antigas escolas indígenas. Até 1996, o governo canadense separava à força as crianças indígenas de suas famílias e as obrigava a viver em internatos. Muitos deles eram

mal construídos, frios e pouco higiênicos. Nesses locais, crianças sofreram de desnutrição, maus-tratos, abuso físico e violência sexual.

Figura 22 - Derrubada da estátua da Rainha Vitória em Winnipeg, Canadá, em 2021.



Fonte: BBC (2021).

Iconoclastia, de modo geral, significa destruição de imagens ou símbolos. Os gestos mnemônicos iconoclastas que analisamos aqui, no entanto, nem sempre têm esse sentido literal. Algumas vezes, o que se deseja não é a aniquilação da imagem, mas a sua substituição por outra que se considera mais representativa do que se quer rememorar. Foi o que ocorreu em Barranquilla, na Colômbia, em junho de 2021. Manifestantes usaram cordas para amarrar e derrubar a estátua de Cristóvão Colombo, localizada numa área central da cidade. No lugar, ergueram a Wiphala, bandeira dos povos indígenas (Fig. 23).

Figura 23 - Derrubada da estátua de Cristóvão Colombo, em Barranquilla, Colômbia, em 2021.



Fonte: Granados (2021).

Desse modo, consideramos que tais movimentos passam a se configurar numa perspectiva de decolonialidade. Como Walsh (2018) propõe, esses movimentos não apenas se contrapõem ao colonialismo, mas servem como marcadores de posicionamento, para transgredir, intervir, insurgir e incidir. Resistência e recusa, na perspectiva da linguista estadunidense, que se incorporou ao grupo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013), são movimentos decorrentes do colonialismo e da colonialidade. Para ela, a decolonialidade necessariamente deriva e responde à colonialidade e ao processo colonial ainda em curso.

Fogo nos descobridores e nos bandeirantes

No Brasil, um dos exemplos mais marcantes desse movimento iconoclasta de cunho decolonial foi o incêndio à estátua de Borba Gato, ocorrido em 24 de fevereiro de 2021, na capital do estado de São Paulo. Inaugurada em 1963, no momento do IV Centenário de Santo Amaro, a estátua representa o bandeirante que viveu de 1649-1718, um dos responsáveis pelo processo de interiorização do território brasileiro. Junto a Fernão Dias Paes, suas expedições – que objetivavam a busca de metais preciosos – chegaram à região das Minas Gerais no século XVIII. Essas expedições não eram pacíficas, recrutavam e exploravam pessoas pobres, escravizadas e que eram forçadas a fazer parte desses grupos. Além dessas ações, os bandeirantes também atuavam como capitães do mato, organizando buscas de indígenas ou africanos fugidos.

Instalada na confluência das avenidas Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, no bairro Santo Amaro, seus treze metros (contando com o pedestal) e suas quarenta toneladas sempre geraram polêmicas. Parte da discussão deve-se ao gosto considerado duvidoso do escultor Júlio Guerra que a cobriu de basalto e mármore, como um mosaico tridimensional, já que são diversos tipos de pedras coloridas que moldam as feições e o vestuário do Borba Gato. A imagem traz um homem de “pele clara, uma expressão rígida e impoluta, a barba bem aparada, um chapéu largo, corpete ajustado por um cinto, botas

que tomam boa parcela do espaço inferior da estátua, e um bacamar-te um tanto fálico que vai da base até o peito do protagonista”, de modo a celebrar a vitória europeia, masculina e das elites (Schwarcz, 2024, p. 148).

Sob a chave interpretativa do gesto mnemônico iconoclasta, podemos contextualizar melhor os ataques à estátua do bandeirante. Lembramos, por exemplo, a ilustração de Luiz Gê, de 1985, ano do início da redemocratização política brasileira, publicada em seu livro *Entradas e bandeiras*. Nela, Borba Gato corre em direção ao parque do Ibirapuera, uma vez que se encontrava atrasado para fazer parte do Monumento às Bandeiras. Durante o percurso esmaga o carro de um casal de turistas que passeava pela cidade de São Paulo (Fig. 24).

Figura 24 - Ilustração de Luiz Gê: Borba Gato a caminho do Monumento às Bandeiras, 1985.



Fonte: Gê (1985).

Em 2013, em São Paulo, indígenas guaranis de aldeias localizadas na Grande São Paulo pararam o trânsito da rodovia dos Bandeirantes e se manifestaram na avenida Paulista contra a PEC 215/2000, que transferia da União para o Congresso a competência de demarcar terras indígenas. Nessa ocasião, o Monumento às Bandeiras, na região do Parque Ibirapuera, foi pichado com frase contra a PEC (Fig.

25). Na base da obra, do escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret, inaugurada em 1953, ainda compareceu o enunciado: “bandeirantes assassinos”.

Figura 25 - Monumento às Bandeiras, em São Paulo, é pichado, em 2013.



Fonte: Rau (2013).

Três anos mais tarde, o quadrinista Vitor Flynn Paciornik publicou a história em quadrinhos *Xondaro*, em que relatou a luta dos povos originários. Destacamos duas legendas distintas: “esses mesmos homens que perseguiram, estupraram e mataram nossos ancestrais acabaram virando nome de rua, de escola, de estrada. Construíram estátuas em homenagem a eles, ergueram palácios” e mais para frente acrescenta: “Que justiça é possível onde assassinos se transformam em heróis?” (Paciornik, 2016, p. 24).

Para Thiago Gil de Oliveira Virava e Tadeu Chiarelli, respectivamente coordenador de pesquisa e difusão da Fundação Bienal de São Paulo, e professor titular da USP junto ao Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicações, com *Xondaro* é a “primeira vez – pelo menos em uma história em quadrinhos –, [que] a imagem dos bandeirantes é associada aos crimes que esse grupo cometeu durante séculos contra os povos indígenas” (Virava; Chiarelli, 2019, p. 10, p. 47).

Os bandeirantes, erguidos como símbolo nacional para afirmar a supremacia do estado de São Paulo junto ao país, ganharam relevância entre os anos de 1900 e 1930, e “tiveram sua imagem reconstruída

em chave positiva, depois de passarem séculos perdidos nos arquivos coloniais”, como relata Lilia Schwarcz (2024, p. 138). Conforme a historiadora, a memória idealizada dessas figuras afirmava a supremacia da elite paulista no cenário nacional, pois os bandeirantes passaram a ser associados à virilidade e ao mesmo tempo a uma visão romântica mitificada por meio de pinturas, livros, documentos que os identificavam como heróis ou desbravadores de ambientes hostis, como os sertões brasileiros. Na atualidade, esse símbolo começou a ser problematizado e o bandeirante, entendido como genocida, escravocrata e estuprador. Nesse contexto, compreende-se melhor o incêndio provocado por ativistas do movimento Revolução Periférica na estátua do Borba Gato, coberta por pedras coloridas de basalto e mármore (Fig. 26).

Figura 26 - Estátua de Borba Gato em chamas, São Paulo, em 2021.



Fonte: Aventura na História (2022).

O nome do grupo merece atenção, bem como a forma pela qual o ataque foi realizado. Ao se autodenominar “revolução”, acrescido do adjetivo “periférica”, fica evidente que se trata de uma organização que teve origem na margem, mas se fez reconhecer no centro – na verdade, um dos vários centros que a capital paulista abriga, dada sua enorme extensão – e que pretende transformar, por meio da violência, ainda que narrativa e simbólica, as marcas de opressão sobre uma determinada parcela da população.

O gesto de atear fogo em 200 pneus sob o pedestal de uma estátua desprovida de material inflamável indica que a intenção do grupo era chamar a atenção sobre suas existências historicamente invisibilizadas, mais do que causar danos estruturais e definitivos ao monumento. “O ato no Borba Gato foi para abrir um debate, não para machucar alguém ou causar pânico na sociedade. E o debate foi aberto. As pessoas agora podem decidir se querem uma estátua de treze metros de altura que homenageia um genocida estuprador de mulheres”, afirmou Paulo Galo Lima ao se apresentar voluntariamente à polícia como autor do incêndio (Oliveira, 2021, n. p.).

O debate não é simples. Há aqueles que, como Cristina Costa, especialista em arte e docente da Universidade de São Paulo, advogam a favor da estátua que, segundo ela, é o “único monumento de arte popular de São Paulo”. Ela defende que seja feito um processo de reelaboração e não de destruição da obra: “Se ele ofende o gosto das elites e as ideologias do momento, vamos ressignificá-lo, alterando seu nome. Vamos chamá-lo de *Caipira de Santo Amaro* que é o que ele realmente é” (Costa, 2020, n.p.).

De qualquer modo, as lutas sociais ocorrem quando experiências individuais de desrespeito “são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro de forma que elas podem influir (...) como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (Honneth, 2003, p. 257). Podemos ponderar que movimentos sociais iconoclastas ocorrem quando a frustração de reconhecimento está profundamente arraigada e os sentimentos de desrespeito são compartilhados.

Nesse aspecto, o engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito perdido, visto que ele demonstra em público exatamente a propriedade cujo desrespeito é experienciado como uma vexação. Naturalmente, aqui se acrescenta ainda, com um efeito reforçativo, a experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do grupo político propicia, fazendo os membros alcançarem uma espécie de estima mútua (Honneth, 2003, p. 259-260).

As repercussões do gesto mnemônico e da violência narrativa contra a monumentalização de Borba Gato permitiram que se pensassem novas políticas públicas em São Paulo. Seligmann-Silva (2022, p. 3) aponta que “a cidade de São Paulo está fazendo um levantamento de seus monumentos coloniais” e ainda propõe, como contraponto, novos monumentos em homenagem a personalidades negras.

Figura 27 - Incêndio na estátua de Pedro Álvares Cabral, no Rio de Janeiro em 2021.



Fonte: Instagram Mídia 1508 (2021).

A mesma fúria contra os bandeirantes paulistas também se viu contra os colonizadores portugueses no Rio de Janeiro, quando se incendiou a estátua de Pedro Álvares Cabral, no bairro da Glória, em 24 de agosto de 2021, apenas um mês após o incêndio da estátua de Borba Gato (Fig. 27). Um dos ativistas foi preso e ganhou apoio imediato de artistas, políticos e de pessoas ligadas a movimentos sociais nas periferias e coletivos negros.

A estátua faz parte do monumento ao Descobrimento do Brasil, inaugurado em 13 de maio de 1900, como parte das comemorações do quarto centenário da chegada dos portugueses. Assinada por Rodolfo Bernardelli, a peça traz, sobre um pedestal de granito, além

de Pedro Álvares Cabral, as figuras de Pero Vaz de Caminha e Frei Henrique Soares de Coimbra.

A relação do passado com as lutas políticas do presente, nesse caso, foi muito evidente. O incêndio era protesto contra o Projeto de Lei 490/2007, que determinava mudanças na demarcação de terras indígenas no Brasil e criava o chamado Marco Temporal, segundo o qual os povos originários só teriam direito a ocupar terras em que viviam à época da promulgação da Constituição em 1988.

Os dizeres pichados e colados no pedestal, “Marco temporal é genocídio. PL490 não”, evidenciam o caráter político da intervenção, cuja autoria foi reivindicada pelo Coletivo Uruçu Mirim. No dia seguinte à ação, o grupo explicou nas redes sociais o significado do gesto de incendiar “mais um monumento escravocrata e genocida”: “Queimamos a estátua de Cabral para destruir tudo que ele simboliza ainda nos dias atuais, em protesto contra o Marco Temporal e o genocídio indígena continuado” (Coletivo Uruçu Mirim *apud* Brasil de Fato, 2021, n. p.).

Da mesma forma como o ataque à estátua de Borba Gato, também o incêndio ao monumento ao Descobrimento causou polêmica. Se, por um lado, houve uma tendência a enxergar com simpatia a defesa dos povos indígenas, atormentados pelo desmonte sistemático de seus direitos constitucionais, por outro, houve aqueles que demonstraram preocupação com o patrimônio histórico e artístico nacional, historicamente castigado no país. A radicalização entre as duas posições tendeu a se manifestar por meio de discursos simplistas, que ou denunciavam o vandalismo, em nome da ordem, ou festejaram as destruições apenas como ato libertário.

Buscando escapar a essa dicotomia, Rafael Cardoso (2021) chama atenção para a importância de Rodolpho Bernardelli para a escultura no Brasil, completamente silenciada ou esquecida na cobertura midiática do incêndio. O historiador da arte afirma que, independentemente de sua temática, o monumento ao Descobrimento do Brasil é objeto de relevância histórica. Como todo monumento, ele revela mais sobre o momento em

que foi construído, 1900, do que sobre o episódio que pretende representar, ocorrido quatro séculos antes. Como já disse Le Goff (1995, p. 548), os monumentos são frutos das sociedades que os produziram – geralmente de quem está no poder e tenta perpetuar no tempo suas versões sobre o passado –, mas são igualmente resultados das épocas sucessivas em que permanecem. Por isso, Cardoso (2021) conclui:

É falso contrapor o apagamento da memória coletiva ao apagamento cultural dos povos originários. Não há oposição aí; antes, são dois lados da mesma moeda. As forças políticas que buscam ativamente subtrair terras indígenas para a expansão da mineração e do agronegócio são as mesmas que se dedicam, ano após ano, ao desmonte das universidades e dos museus, da educação e da cultura, da pesquisa e da ciência. O conhecimento histórico é uma ameaça ao projeto de espoliação e subjugação da vontade popular, pois um povo que não conhece seu passado tem menos condição de defender seus direitos no presente. Desconstruir a memória social é uma violência simbólica. Não há nenhum sentido em minorá-la pela comparação com a violência física. Ambas são maléficas, e uma costuma ser ligada à outra. O apagamento da história cria condições que facilitam o extermínio de pessoas (Cardoso, 2021, n. p.).

Afirmar que o Brasil foi “descoberto” é, evidentemente, uma visão equivocada e unilateral da história. Para os povos que habitavam originariamente essa terra, a chegada dos portugueses significou uma invasão e uma catástrofe. Além disso, não existia “Brasil” em 1500. A comunidade imaginada que se formou em torno desse nome levaria ainda séculos para se consolidar. Isso significa que, mesmo para os colonizadores, o desembarque de Pedro Álvares Cabral só se constituiu como “Descobrimento do Brasil” numa visão retrospectiva. Esse conceito, entretanto, tem uma influência inegável, mas para confrontá-lo de forma consequente é preciso ter consciência do modo como foi construído. Aí reside – argumenta Cardoso (2021) – a

importância histórica do monumento, pois ele ajuda a elucidar como essa ideia foi elaborada e por que veio a exercer o fascínio que exerce.

No entanto, assim como outros, esse ataque à estátua de Pedro Álvares Cabral foi percebido como algo episódico. Para que se rompa o “abismo entre esses processos singulares” e o reconhecimento, Honneth (2003, p. 265-265) considera que “se faz necessário ampliar o sistema referencial das exposições históricas”. Ou, em outras palavras, é necessário inscrever e escrever as narrativas dos oprimidos não apenas nos livros de história, mas também nos espaços urbanos para que outras versões dos seus passados-presentes sejam conhecidas e reconhecidas como legítimas.

O que vemos, então, diante desses movimentos que questionam narrativas hegemônicas da fundação e formação do Brasil é que as polêmicas demonstram as disputas entre as narrativas da memória, trazendo cada uma delas, a discussão da presença e do poder de diferentes grupos sociais. A iconoclastia sobre os monumentos é a resposta dada por meio de uma violência narrativa que se impõe sobre outra violência representada antes pelos poderes dominantes, que construíram esses monumentos, como o Borba Gato e o Descobrimento. São disputas de memórias, que ao fim e ao cabo, tornam-se disputas sobre a possibilidade da existência.

Voltando à dimensão performática dos movimentos iconoclastas, vale a pena mencionar alguns exemplos que evidenciam, de forma inequívoca, essa questão. Nesse sentido, destacamos a intervenção feita, em junho de 2020, na estátua do rei Balduíno da Bélgica (1951-1993), localizada no centro de Bruxelas (Figs. 28 e 29). Tinta vermelha foi jogada sobre o monumento para simbolizar o banho de sangue resultante da colonização europeia sobre a África. O mesmo aconteceu, na cidade de Antuérpia, com o busto de Leopoldo II, rei dos belgas de 1865 a 1909, lembrado pela colonização do Congo, como dissemos, e responsabilizado pela morte de cerca de 10 milhões de pessoas.

Figuras 28 e 29 - Estátuas do rei Balduíno e de Leopoldo II, na Bélgica, cobertas de tinta vermelha, em 2020.



Fonte: Tribouillard (2020) e Roosens (2020). _

Assim vão se dando as disputas pela memória. Ainda que os alvos sejam de pedra e bronze, como comenta Rafael Cardoso (2021), atos como esses, realizados por indivíduos isolados ou por grupos organizados, muitas vezes vistos como o “fazer justiça com as próprias mãos”, atacam a discussão sobre os significados do patrimônio público. Versões oficiais e hegemônicas, europeias, coloniais, masculinas e brancas vão se delineando nos espaços urbanos, nos monumentos públicos e podem passar despercebidas no dia a dia dos moradores desses grandes centros, onde estão imagens como Borba Gato, em São Paulo, e Descobrimento, no Rio de Janeiro. São os gestos mnemônicos, portanto, aliados às disputas sobre as narrativas da memória que acabam por nos chamar a atenção dos modos como o colonialismo está instalado entre nós. A iconoclastia aguça os questionamentos, abre debates e permite a contestação das versões hegemônicas e das violências narrativas aos quais estamos cotidianamente submetidos.

Para Cardoso (2021), menos do que questionar quem ou qual evento está representado, interessa saber de quem é a narrativa, por que o monumento foi construído, onde e quando foi instalado e suas repercussões ao longo das décadas. Em outras palavras: o que, em um determinado momento, é compreendido como símbolo

nacional e motivo de orgulho coletivo pode se tornar, em função das disputas pelas memórias e pelas novas narrativas históricas, em representação de opressão e aniquilação por determinado grupo social.

Novos gestos e narrativas decoloniais

Achile Mbembe (2020) discute a questão dos monumentos públicos e da memória colonial. O autor busca refletir sobre o problema de o que fazer com as estátuas nas praças públicas das cidades africanas, depois de proclamadas as independências de muitos países do continente. Para o pensador, a dominação se faz representar nos corpos, nos espaços que eles habitam e no seu imaginário, o que torna a discussão complexa. Uma das ações de combate ao legado do colonizador foi trocar os nomes dos países (Rodésia por Zimbábue, Alto Volta por Burkina Faso, por exemplo) e, também, imaginar outras maneiras de organizar o espaço público, a começar pela tomada de consciência dos significados das estátuas:

Compreende-se que, nesse contexto, as estátuas e os monumentos coloniais não eram, em primeiro lugar, artefatos estéticos destinados ao embelezamento das cidades ou do quadro da vida em geral. Tratava-se, ao fim e a cabo, de manifestações de absoluta arbitrariedade (Mbembe, 2020, n.p.).

Mbembe (2020, n. p.) comenta que nem todas as estátuas foram destruídas e nomes de cidades e bairros substituídos. Na África do Sul, por exemplo, “a ideia não é necessariamente destruir os monumentos cuja função anteriormente era diminuir a humanidade dos outros, mas assumir o passado como uma base para criar um futuro novo e diferente”. Isso implica que o antigo algoz reconheça os maus-tratos e a violência cometidos contra os cidadãos e que as vítimas acreditem na potência da vida, que é, segundo o autor, a “melhor maneira de celebrar a vitória sobre um passado de injustiça e de crueldade”.

Temos, então, no exemplo do país africano uma outra forma de lidar com o passado violento materializado nas estátuas e monumentos. Ocorre que a mera permanência deles onde não há a mesma política de enfrentamento desses eventos nos afeta diuturnamente, uma vez que somos atingidos por elas nas praças, ruas e nos mais diversos lugares por onde circulamos. Mas também pode ocorrer o contrário: é comum não nos darmos conta do que eles representam para diferentes grupos sociais. Os atuais movimentos de intervenção nos monumentos públicos, então, nos chamam a atenção para essas narrativas.

A dificuldade de sentir-se identificado com determinados territórios e a ameaça de políticas autoritárias sobre grupos sociais mais vulneráveis podem explicar por que a maior parte dos gestos que buscam reparação assumem caráter violento, encarnado em ações de destruição, incêndio e derrubada de monumentos. É preciso sublinhar novamente que há também outros gestos, que procuram de modo afirmativo se apropriar dos monumentos e construir neles novos enquadramentos narrativos sobre o passado.

Temos a possibilidade de apresentar um gesto mnemônico bastante diferente dos iconoclastas que exploramos até este momento. Trata-se da apropriação positiva de um monumento público, que expressa identificação – e não rechaçamento – com o personagem representado. Estamos nos referindo à *performance* realizada por um homem negro na estátua de Zumbi dos Palmares, localizada no centro histórico de Salvador, em fevereiro de 2022, registrada por turistas e pessoas comuns que, naquele momento, passavam por ali.

Figuras 30 e 31 - Homem posa ao lado do monumento a Zumbi de Palmares, no Pelourinho, em Salvador, em 2022.



Fotos: Edson Dalmonte, fevereiro de 2022¹⁰.

O monumento de Zumbi dos Palmares, localizado na Praça da Sé, no Pelourinho, foi inaugurado em 30 de maio de 2008. Na lápide da base aparecem as inscrições: “Zumbi dos Palmares líder da primeira experiência democrática do país”. No poema, também inscrito na mesma superfície, mas na parte traseira, lê-se o título: “Zumbi (a felicidade guerreira)”. A estátua com 2,20 metros de altura e 300 quilos foi esculpida em bronze pela artista plástica Márcia Magno. É a primeira que apresenta o líder do quilombo de Palmares em grande porte e de corpo inteiro, pois outras obras públicas são apenas o busto de Zumbi (Arte Fora do Museu, n. d.).

Nessas imagens, um homem posa para fotografias ao lado da estátua. Ele é o “duplo perfeito” de Zumbi: mesma altura, mesmo porte, mesma roupa, ambos pretos. O Zumbi do passado e o homem do presente são um só no jogo de espelhos que a *performance* do Pelourinho produz. Nos poucos minutos que durou a encenação, a imagem pôde ser capturada pelas retinas e pelas câmeras fotográficas dos que ali estavam. A altivez de Zumbi e a do homem ao seu lado

10 Agradecemos a Edson Dalmonte, que registrou o momento singular da *performance* e, gentilmente, nos autorizou a utilizar suas fotografias.

se sobrepõe à dominação histórica que se impôs ontem e ainda se impõe hoje às pessoas negras.

Entendemos que, com a chamada crise das grandes narrativas (Lyotard, 1979, p. 15), os consensos, os vínculos sociais sólidos e a legitimidade do poder parecem mais frágeis no contexto contemporâneo. Os pequenos relatos ganham maior centralidade, posto que decorrem de “uma prática da justiça apoiada em formas locais de acordos tecidos a partir de desavenças insuperáveis” (Ricoeur, 2007, p. 329). A multiplicidade dos diferentes discursos¹¹ mostra que estão em curso interpretações variadas sobre um passado, que não se quer mais assumir como verdade absoluta e única.

Trata-se de “um momento privilegiado, em que um enunciado é realmente recebido”, como afirma Zumthor (2000, p. 59). Segundo o pensador suíço, nessas ocasiões ocorre a catarse aristotélica, em que “receber uma comunicação é necessariamente sofrer uma transformação” (Zumthor, 2000, p. 61). Podemos afirmar, assim, que o homem atualizou a significação simbólica de Zumbi, líder durante mais de 20 anos do quilombo dos Palmares, onde se refugiavam homens, mulheres e crianças negras fugidas da escravização imposta pelos colonizadores portugueses. Ainda que Zumthor (2000, p. 15) tenha inicialmente focado na *performance* da voz, a partir dos estudos medievais, o que nos interessa aqui é sua compreensão do que o autor denomina poesia: “arte da linguagem humana, independente de seus modos de concretização e fundamentadas nas estruturas antropológicas mais profundas”. Nesse sentido, entendemos a *performance* desse sujeito ao lado da estátua de Zumbi como poesia, como gesto mnemônico que combate o esquecimento e o apagamento de nossa herança colonial e racista. Entendemos, também, a potência da memória e as suas forças narrativas. Se no incêndio ao monumento do Descobrimento no Rio de Janeiro, ou do Borba Gato em São Paulo, a narrativa se construía na mesma chave da violência em que se sentiam agredidos, em Salvador, a narrativa se constrói pelo reconhecimento positivo da identidade.

11 Como os discursos feministas, de gênero, dos movimentos antirracistas, das comunidades originárias, entre outros.

Vimos até agora disputas em torno dos gestos de memória em várias cidades e países. Citamos exemplos do Brasil, Chile, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, Hungria, entre outros. Protagonizados em continentes e culturas diferentes, o que os une em nossa análise é o incômodo que estátuas e monumentos ainda despertam nos mais diversos grupos sociais, especialmente quando novos governos se instalam, seja por meio de guerras, seja por meio de processos eleitorais. Ou, ainda, quando a desigualdade social, econômica e política atinge um patamar tão insustentável, que parte da população vai às ruas para mostrar que são visíveis e exigem políticas públicas que também os acolham. Isso quer dizer que a violência narrativa que acompanha a iconoclastia não representa só protesto em relação a um passado que atua no tempo presente, mas também desesperança do futuro.

Movimentos iconoclastas se voltam contra monumentos públicos (em especial, estátuas), ícones e imagens que representam um passado opressor e violento. Apesar de aparentar uniformidade, não podem, contudo, ser entendidos de forma monolítica. É um fenômeno que ocorre a partir de gestos mnemônicos múltiplos, que se desdobram em sentidos variados. Consideramos que se trata de atos performáticos, de intervenção, que se fazem não apenas pela tentativa de destruição por meio de marretas, bombas, fogo, ácidos, mas também por remodelações, pinturas, deslocamentos, substituições, pichações. A diversidade de verbos que podemos acionar quando nos referimos a esse movimento indica a multiplicidade de gestos mnemônicos e de seus possíveis sentidos. Deslocar, reconstruir, interferir, performatizar, ressignificar, remonumentalizar são apenas alguns deles.

Pensar nos ataques às estátuas é refletir sobre os sentidos atribuídos ao passado, uma vez que ele pode ser sempre reinterpretado por “agentes sociais” que desafiam os sentidos atribuídos, os silenciamentos e os esquecimentos no tempo (Jelin, 2002, p. 39). Violentos ou não, espontâneos ou organizados, representaram a revolta de determinados grupos sociais contra as narrativas de opressão historicamente instituídas, que têm se perpetuado no tempo e

cujas consequências se fazem sentir no presente vivido. Expressam posições contra uma memória social que se impôs como necessária para a obtenção da ordem, do progresso, da autonomia política e econômica dos grupos dominantes.

A memória oficial se produz na complexa dinâmica entre esquecimentos e opressões (Pollak, 1989). Mas, em determinadas conjunturas e momentos históricos favoráveis, as memórias silenciadas – “subterrâneas” como prefere chamar Pollak (1989) – podem emergir no espaço público, na busca por se integrar às memórias nacionais e transnacionais. Parece-nos que foi algo nesse sentido que ocorreu no movimento iconoclasta dos últimos anos.

Os monumentos, sejam eles ou não de conquistadores coloniais ou de representantes do racismo histórico, fazem parte de um sistema de representações, sempre em disputa. Como bem apresentam Lopez Piñeyro *et al.* (2024, p. 15)¹², pedra e bronze são duros, impermeáveis, aparentemente imutáveis, por isso, muitas vezes, pensamos que os monumentos foram solidificados no espaço e calcificados na memória. Contudo, a memória é plástica, efêmera, provisória. A movimentação das memórias, por meio das suas disputas, pode provocar substituição e deslocamento dos monumentos de pedra, as intervenções neles e nos espaços públicos das cidades permitem-nos abalar os discursos normalizadores e construir novos gestos mnemônicos.

¹² No original: *La piedra y el bronce de los monumentos son duros, impermeables, casi inmutables, y en ese sentido solidifican y calcifican la memoria en el tiempo. En cambio, el ejercicio de la memoria es flexible, se parece más a lo efímero, es siempre provisorio. Las disputas sobre reemplazar y desplazar los monumentos, así como las intervenciones sobre éstos y los espacios públicos de las ciudades hacen tambalear el discurso normalizador generando una forma de práctica del disenso en la esfera pública.*



CAPÍTULO 3

Disputas de memória e negacionismos

No dia 8 de janeiro de 2023, em um percurso de não mais de oito quilômetros, um grupo de indivíduos avançou em direção à obra projetada pelo paisagista Roberto Burle Marx, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Nas proximidades do Palácio da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, já eram muitas pessoas, indicando se tratar de uma ação organizada. Em curto intervalo de tempo, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal, o Museu da Cidade, o Espaço Lúcio Costa e a Praça dos Três Poderes, todos projetados por Oscar Niemeyer e tombados pelo Iphan, foram invadidos e seus espaços atacados, destruídos total ou parcialmente.

De início pareciam vândalos, mas pela magnitude do ato, logo se percebeu que se tratava de uma tentativa de golpe, que teve no pedido de intervenção militar sua principal palavra de ordem. Foi um movimento levado a cabo por eleitores inconformados com o resultado das eleições de 2022 ou meros simpatizantes do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, em cujo governo, que acabara de findar, foram adotadas várias práticas inconstitucionais, entre elas a apologia à ditadura militar e ataques à independência dos poderes, em especial ao Supremo Tribunal Federal.

Os eventos que aconteceram em 8 de janeiro de 2023, apenas uma semana depois da posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, podem ser lidos como tentativas de questionar

os resultados das urnas, mas também podem ser entendidos – na perspectiva dos estudos sobre comunicação e memória – como ações que se voltaram simbólica e pragmaticamente ao passado, nesse caso, expressando o desejo de restauração do regime militar. Os ataques ao patrimônio público, em um certo sentido, fizeram parte de um conjunto de gestos mnemônicos que, na arena política, se contrapôs à luta de alguns setores da sociedade civil brasileira por uma Justiça de Transição para o país.

Em abril de 2016, ao expressar seu voto na Câmara a favor do *impeachment* de Dilma Roussef do cargo máximo do Poder Executivo, Jair Bolsonaro, então deputado federal, fez uma apologia à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e às forças armadas do Brasil. Segundo a Comissão da Verdade, organizada e atuante durante o governo Dilma Rousseff, foi sob o comando desse militar que ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desaparecidas e outras 500 torturadas, entre elas, a própria Dilma Rousseff. Até aquele momento, Ustra era o único militar reconhecido oficialmente pelo Estado como torturador, o que torna o discurso do ex-presidente ainda mais chocante.

Desde então, cresceram manifestações públicas em exaltação à ditadura militar. Em inúmeras ocasiões, Bolsonaro, seus filhos e aliados políticos discursaram pedindo intervenção das forças armadas e até mesmo a restituição do Ato Institucional nº 5, pelo qual fechou-se o Congresso, cassaram, perseguiram e torturam políticos e demais opositores do governo (Ribeiro; Bertol, 2021). Palavras de ordem dessa natureza eram pronunciadas durante os ataques à sede dos três poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

Como estudiosas do campo da memória social, nos colocamos o desafio de compreender os sentidos dos gestos mnemônicos realizados naquele dia. Para isso, propomos analisar alguns deles, conscientes de que realizamos a seleção de alguns elementos simbólicos em detrimento de muitos outros possíveis. Além disso, sabemos da multiplicidade de camadas de sentidos presentes em qualquer fenômeno social. Vamos tratar aqui de uma pequena parte do muito

que aconteceu nas manifestações em Brasília naquele dia e seus desdobramentos desde então.

Se entendemos *gesto* como *ato*, algo que possui dimensão simbólica, mas também pragmática, significa que entendemos os ataques praticados em 8 de janeiro como ações que, ancoradas no presente, remetem ao passado não apenas como esteio para representações, mas também como *locus* de trabalho e de elaboração coletiva, por isso retomamos a noção de gesto mnemônico para pensar também mais esse capítulo da história brasileira e da ação sobre monumentos e patrimônio cultural, como entendemos aqui a Praça dos Três Poderes em Brasília.

O *corpus* que separamos é composto de imagens estáticas, midiaticizadas em tempo real e comentadas em noticiários e entrevistas. A seleção partiu de nossa sensibilidade em face aos acontecimentos que vivemos e analisamos quase simultaneamente ao evento. Nosso método foi ao mesmo tempo exploratório e qualitativo. Exploratório “porque proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese” (Gerhard; Silveira, 2009, p. 35) e qualitativo porque “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (Gerhard; Silveira, 2009, p. 31). Ambas as abordagens nos parecem pertinentes para olharmos para gestos mnemônicos dessa natureza.

O tempo presente e as políticas de memória

Como nosso objeto de reflexão é um evento próximo temporalmente, apresentamos algumas considerações teóricas, antes de iniciarmos a análise do nosso *corpus*. Começamos pela ideia de “história do tempo presente”, denominação que se tornou conhecida a partir de 1978, com a criação do Instituto de História do Tempo Presente, na França. Seu método e a maneira própria de encarar a produção do conhecimento histórico se expandiram na década de 1980 e, de 1990 em diante, foi adotada em diferentes países na Europa, nos Estados

Unidos e na América Latina, sob os mais diversos nomes: “história do passado recente”, “história atual”, “história viva” e outros.

A História do Tempo Presente se consolidou nas últimas décadas do século XX junto da emergência de novas políticas da memória, baseadas no crescimento das investigações sobre traumas coletivos e das demandas por políticas de reparação. A consciência do “passado que não passa”¹³ gerou a criação das Comissões da Verdade e de reconciliação, instituídas em diversos países, com a missão de tentar elaborar os traumas coletivos, como os deixados pelo nazismo na Alemanha, o governo de Vichy na França, o fascismo na Itália, o regime de segregação racial na África do Sul e as ditaduras na América Latina.

Essa proposta teórica funcionou como reação a formas de “poder político anestésico” e ao desejo de esquecimento ou mesmo de autoabsolvição das diferentes formas de opressão ocorridas em distintas regiões do planeta (Delacroix, 2018, p. 46). Seus autores opunham-se às versões oficiais, geradas pelo Estado, e atendiam a demandas sociais por reconhecimento e justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos, que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma dívida a saldar em relação ao passado parece comum a essas reivindicações memoriais.

Trata-se de uma perspectiva teórica que, embora criticada pela falta de recuo no tempo em relação aos eventos tratados, muitos ainda inconclusos, e pela falta de acesso a arquivos do passado, tem o mérito de propor um método que potencializa e valoriza, no lugar de certezas, o “campo dos possíveis” das situações históricas (Delacroix, 2018, p. 48), condizentes com a valorização da “heterogeneidade dos

13 A expressão “passados que não passam”, como já mencionado no primeiro capítulo, é do historiador Ernst Nolte, que a utiliza como título de um artigo publicado em 6 de junho de 1986, na revista alemã *Frankfurter Allgemeine Zeitung* acerca do peso de “um passado que não quer passar”, como foi o nazismo para a Alemanha e para França, “pois eles constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais” (Delacroix, 2018, p. 45).

jogos de linguagem” que “se faz sempre no dissentimento” (Lyotard, 1979, p. XVII).

A polêmica em torno da validação dessa proposta teórica também se deve ao recorte temporal. Afinal, o que separa o passado, estudado tão bem pela historiografia acadêmica mais tradicional, do tempo presente, fluido e incessante? A definição de contemporaneidade sempre foi um problema complexo, como bem mostrou Henri Rousso (2016). Mas a questão se tornou ainda mais difícil a partir do século XX, devido às rupturas radicais que as experiências catastróficas instauraram no regime de historicidade moderno. O cronotopo baseado no tempo histórico, linear e direcionado para o futuro parece ter colapsado perante novas configurações temporais (Hartog, 2013).

Nesse sentido, Franco Berardi (2019, p. 5) constata que o futuro já não é mais percebido “como fonte de esperança, como promessa de expansão e de crescimento”. Pelo contrário, em vez de promissor e brilhante, o porvir é incerto e amedrontador. O autor italiano considera que é da implosão da noção de futuro como progresso que nascem os movimentos sociais do século XXI.

O linguista Caleb Everett (2023), ao analisar como nosso pensamento é moldado pela linguagem, comenta a forma como os Aymaras se referem ao tempo. Para esse povo andino, o passado é o que está à frente, visível e palpável, conhecido. Já o futuro está atrás das pessoas, oculto, pois ainda não foi atravessado. Para os Aymara o passado é uma memória que está diante deles, enquanto o futuro se configura um mistério. Esta percepção temporal se alinha ao que propõe Krenak (2022, p. 7), para quem “se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. O autor rompe com a noção de tempo linear e a ideia de progresso do projeto moderno. Reivindica outra relação com o passado, como força de vida, continuidade e reinvenção. Rechaça o tempo colonial e capitalista, que impõe velocidade, produtividade e esquecimento.

Uma das respostas ao contexto de instabilidades temporais, à crise do regime de temporalidade moderna, foi justamente a valorização das políticas de memória. No caso da História do Tempo Presente, essa valorização passa pelo reconhecimento da impor-

tância dos testemunhos, dos relatos das experiências vividas, do reconhecimento da legitimidade de “todos os passados”, mesmo daqueles que envolvem feridas a serem reabertas (Delacroix, 2018, p. 54).

No caso do 8 de janeiro de 2023, queremos analisar gestos que, embora não tenham caído em nenhuma espécie de limbo do esquecimento, merecem ser compreendidos à luz de uma perspectiva teórica que postula a convivência com um presente efêmero. Trata-se, como diz Henry Rousso (2016), de fazer história a partir de uma nova relação com o tempo, tendo como base as ideias de incompletude, indeterminação, inacabamento e instabilidade. A crítica da falta de recuo temporal relativiza-se, assim, a partir da ideia de surgimentos, reapropriações, retomadas do passado, “de pluralidades de tempos copresentes” (Delacroix, 2018, p. 67 e p. 71).

Símbolos nacionais, como a Praça dos Três Poderes em Brasília, jamais haviam sido sequestrados da forma como vimos. Havia até então uma espécie de pacto implícito, que garantia o respeito a certas estruturas institucionais e simbólicas da nossa República. A polarização potencializada pelo bolsonarismo impediu, no entanto, qualquer espaço de negociação das diferenças. Vale lembrar a tentativa anterior, frustrada, de explodir um caminhão de combustível nas proximidades do aeroporto de Brasília, em 23 de dezembro de 2022, quando acampamentos de simpatizantes ou militantes do bolsonarismo se espalharam pelo país.

Esses eventos mostram a fragilidade do regime democrático de direito no Brasil e a necessidade de se implantar políticas de memória que tornem possível o amplo conhecimento dos horrores da ditadura militar no país, assim como da opressão e escravização de povos originários e africanos. Os discursos antidemocráticos contemporâneos têm se sustentado sob a negação ou relativização desse passado de opressão e violência. É preciso trabalhar nossas memórias coletivas para que seja possível algum tipo de elaboração dos nossos traumas históricos.

As instabilidades de sentido em relação ao passado ditatorial – que fazem dele um elemento central na luta política e simbólica

hoje, em especial no polarizado debate entre as força progressistas e a extrema direita – dizem respeito à forma como nós, como coletividade, lidamos até agora com esse passado. A transição democrática brasileira não resultou em uma ruptura com o regime, mas foi um processo de reforma gradual, negociada, conciliatória. A Lei da Anistia, de 1979, equiparou vítimas e algozes da ditadura, só para citar alguns aspectos do nosso complexo processo histórico. Resulta que, apesar das lutas e resistências de setores da sociedade civil, o Estado brasileiro nunca promoveu uma política de memória eficaz em relação à ditadura, como aliás também não fez com outras experiências de violência do passado, como a escravização e o genocídio indígena (Ribeiro; Bertol, 2023).

Os eventos de 8 de janeiro são, ao fim e ao cabo, relacionados a disputas de memórias e emblemáticos de certos usos políticos que se tem feito do passado. Elizabeth Jelín (2002), em *Os trabalhos da memória*, lembra que, na contemporaneidade, narrativas oficiais são produzidas por historiadores profissionais, especialmente quando o Estado é forte e controlador. Nessas circunstâncias, os relatos oficiais raramente são contestados. Revisões históricas e novas interpretações se produzem no decorrer do tempo, como resultados de lutas políticas, das mudanças de sensibilidade da época e do avanço da própria investigação histórica (Jelín, 2002, p. 41).

Podemos afirmar, com certa margem de segurança, que o Brasil, desde o advento da redemocratização, no início da década de 1980, tem sido pródigo na produção de novas narrativas pelos “empreendedores da memória”, preocupados em fazer reconhecer suas versões sobre o passado político, pensando com Jelín (2002, p. 49). Diferentes grupos políticos e movimentos sociais, assim como novas gerações de escritores, cineastas e artistas, são alguns dos principais agentes de uma nova memória ética, construída a partir dessas novas sensibilidades (Seligmann-Silva, 2022, p. 19), que têm lutado pela emergência, no espaço público, de elementos que vinham há muito tempo sendo silenciados, esquecidos, subalternizados.

No contexto contemporâneo, como afirma Seligmann-Silva (2022) grupos de intelectuais¹⁴, em que se incluem cineastas indígenas, artistas plásticas, fotógrafos, músicos, grupos e redes de pesquisa das mais diversas universidades brasileiras, têm enfrentado um cenário difícil. Em um mundo em que a pluralidade de interpretações do passado é exaltada por si mesma, o que se tem visto é a proliferação dos mais diversos discursos mnemônicos, alguns deles negacionistas e completamente descompromissados com critérios de legitimação ou de verdade. A situação é agravada com o desenvolvimento das tecnologias digitais e em rede, que produzem novas formas de comunicação, de difusão de informação, de conhecimento e de desinformação. É nesse cenário que vimos emergir os gestos de 8 de janeiro de 2023.

Interpretando alguns gestos do 8 de janeiro

Somos testemunhas dos eventos de que vamos tratar, tanto na acepção sugerida por Augusto Sarmento-Pantoja (2019, p. 5), que considera o “testemunho *arbiter* (segundo), daquele que ouviu e arbitra o quê e como narra”, quanto na acepção proposta por Márcio Seligmann-Silva (2010, p. 4) sobre a “*testis* (terceiro), aquele que assistiu como um terceiro”. Sendo assim, nossa análise é uma mistura entre o que vivemos, assistimos e ouvimos, uma vez que sofremos atravessamentos diversos em nosso contato com o acontecimento, altamente midiaticizado.

A falta do corpo presente no dia e local em que os fatos ocorreram foi suprida pelo acompanhamento, em tempo real, das narrativas que nos chegaram naquele domingo, seja pelas mídias televisivas, seja pelas veiculadas pela internet. Os gestos que selecionamos para analisar, intrinsecamente ligados ao corpo e carregados de sentido histórico e político, são os que mais nos sensibilizaram. Esses gestos, escancarados ou sutis, mobilizaram nossa atenção e memória, rear-

14 Citamos, entre vários, Grada Kilomba, bel hooks, Ângela Davis, Lélia Gonzales, Rosana Paulino, Judith Butler, Ailton Krenak, Roberto da Matta, Emicida, Os Racionais etc.

ranjaram nossas lembranças na medida em que, como diria Rivera (2014, p. 12), “o presente se reconheceu visado pelo passado”.

Nossa opção por eleger apenas imagens alinha-se ao pensamento de Arlindo Machado (2001, p. 32), que afirmava ser necessário “*pensar com as imagens* e construir com elas uma civilização complexa e instigante”. Somos parte “do mundo intelectual que vem descobrindo que a cultura, a ciência e a civilização dos séculos XIX e XX são impensáveis sem o papel estrutural e constitutivo nelas desempenhado pelas imagens (da iconografia científica, da fotografia, do cinema, da televisão e dos novos meios digitais)” (Machado, 2001, p. 32). Nessas primeiras décadas do século XXI, em que estamos vivendo, a afirmação parece ser ainda mais válida.

Figura 32 - Manifestante defeca dentro de sala do STF. Brasília, 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Reprodução/Record TV (2023).

Entre as diferentes imagens do dia 8 de janeiro, gostaríamos de começar destacando a Figura 32, que mostra uma pessoa agachada defecando em cima de móvel, semelhante a um pedestal. Partes baixas, defecação e corpos grotescos nas artes e na mídia já foram tema de investigação de vários autores, como Wolfgang Kayser (*O Grotresco*, 1957), de Mikhail Bakhtin (*A cultura popular na Idade Média*

e no Renascimento: o contexto de François Rabelais, 1965), de Susan Sontag (*A imaginação pornográfica*, [1967], 1987), de Michel Foucault (*Os anormais*, 2001) e dos brasileiros Muniz Sodré e Raquel Paiva (*O império do grotesco*, 2002), entre outros.

Inspirados nesses diferentes pensadores, podemos especular o que essa imagem em particular apresenta como componente inédito para o imaginário político nacional. O ato de defecar acontece no interior de uma sala da mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro: o Supremo Tribunal Federal. É nesse lugar, ocupado por onze ministros de notável saber jurídico, que se aciona a Constituição, em qualquer sentença proferida. Trata-se de um dos locais mais representativos do regime democrático brasileiro, pois é onde a força da lei protege os interesses coletivos da nação.

A narratividade da imagem é facilmente lida: destrói-se tudo e, como em uma espécie de clímax, o gesto supremo: a defecação em local proibido, em uma espécie de pedestal, com a bandeira do Brasil como álibi. Mas algo essencial esconde-se nessa imagem: o rosto de quem pratica o gesto. De costas para a câmera, o anonimato desse ator é reforçado pelo chapéu que encobre sua cabeça. Sem individuação, seu corpo ganha dimensão de um coletivo bastante recortado, graças à bandeira que traz pendurada em seu ombro. Não é apenas esse sujeito, isolado, que defeca, mas todos os demais que participaram e sustentaram o sequestro dos símbolos nacionais, dos quais a bandeira do Brasil é parte integrante, alinhados a Jair Bolsonaro, então candidato a presidente vencido nas eleições.

A parte baixa do corpo em destaque – associada aqui menos à sexualidade e mais ao sistema excretor – rompe a esfera privada, a da intimidade por excelência, e se volta ao espaço público. O gesto transgressor não é a exibição das nádegas, mas a posição de defecar, o ato de expulsar do corpo o excremento, de colocar as fezes (a sujeira, a merda) para fora. É o mais baixo do baixo, que em poucos minutos transforma o sagrado local do poder jurídico em esgoto a céu aberto.

Essa imagem nos fez rememorar outras representações imagéticas de nádegas e ânus. Muitos séculos antes, Hieronymus Bosch, em

O *Jardim das Delícias*, tríptico pintado em cerca de 1500, representou corpos inteiros, em posições diversas (Fig. 33). Destacamos para nossa reflexão um detalhe da tela em que comparecem personagens de cujos ânus são expelidas flores, no lugar de fezes.

Figura 33 - Detalhe do tríptico de Hieronymus Bosch, *Jardim das Delícias*.



Fonte: Bosch [ca 1500]/Museo Nacional del Prado (n. d.).

Embora não seja possível afirmar se, na obra de Bosch, as flores saem do ânus ou se são nele introduzidas, podemos entendê-las como excreções corporais, que remetem a sentidos completamente diferentes dos da imagem de 8 de janeiro. No *Jardim das Delícias*, os corpos se tocam e são fontes promotoras de beleza, prazer e interação. É a representação da ambiguidade regeneradora, que Bakhtin (1999) identificou no realismo grotesco. Trata-se de uma forma estética que, por meio do rebaixamento e da transgressão, não gera repulsa, mas liberdade e alegria, que celebra a vida e a renovação. Em Brasília, o que se viu foi algo bem diferente. Foi a pura escatologia, em sua máxima potência. Nesse caso, os sentidos do grotesco sublinhados por Kayser (2020) se tornam evidentes. O corpo humano aparece como um elemento perturbador, que remete à violência e à estranheza. As fezes e os órgãos genitais são repugnantes e degradantes, símbolos da decomposição e da finitude.

Figuras 34 - Manifestantes ocupam a frente do prédio do STF, Brasília, 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Poder 360 (2023).

Empunhar a bandeira do Brasil em pé, sobre o colo da estátua que representa a Justiça, na frente do Supremo Tribunal Federal, em outro contexto, até poderia figurar a etapa do retorno do herói, sistematizada por Joseph Campbell (2010), em *O herói de mil faces*. Seria o momento preciso em que, sob a categoria “senhor de dois mundos”, “a mentalidade ampliada do herói leva-o a ter papel benéfico entre seus contemporâneos” (Campbell, 1992 *apud* Martinez, 2004, p. 3). Mas o que se vê na imagem do 8 de janeiro (Fig. 34) é o seu contrário.

Aparentemente, o sujeito da imagem não está falando ou gritando. Movimenta seus braços, segura a bandeira acima de seus ombros com as duas mãos, mas aqueles que o cercam sequer o olham. Ele é tão invisível quanto a massa humana que está sob seus pés. Os olhares não se cruzam. Não há interação, comunhão. Trata-se de uma justaposição de corpos desorganizados, alienados da cena de que participam. A estátua que lhe dá apoio, parcialmente coberta por esse corpo que performa, não parece significar nada para esse ator; funcionou apenas como uma espécie de degrau, que o colocou ligeiramente mais alto que os demais, sem que isso significasse qualquer liderança sobre os que ali se encontravam.

Ativando nossas próprias memórias imagéticas, por associação com o símbolo de uma bandeira nacional empunhada em meio a uma revolta social, lembramos da tela de Eugène Delacroix, *La liberté guidant le peuple* (1830), totalmente diversa (Fig. 35). Nela, há expressiva diferença entre o herói (nesse caso, heroína) que cumpre o papel de mediar o mundo do passado, representado pelos corpos mortos e a fumaça das armas de fogo que os envolve, e o do futuro, com a criança armada, ao seu lado, em comunhão. Ambos ultrapassam os caídos e os feridos, e se dirigem para a frente, para o lugar fora da tela, onde nós os observamos: o futuro.

Figura 35 - A liberdade guiando o povo, de Eugène Delacroix.



Fonte: Delacroix [1830] *apud* Secco (2015).

Na figura 36, homens e mulheres aparecem em frente ao Palácio do Congresso Nacional e algumas pessoas estão em cima da semiesfera virada para baixo, que representa o Senado Federal. Seus corpos estão parados na representação, mas se pressupõe que estavam em movimento antes de serem clicados. Caminharam até a Praça dos Três Poderes, cobriram-se com a bandeira nacional e parecem aguardar que algo novo aconteça. Chama-nos a atenção que nem mesmo a aproximação física entre esses muitos corpos consegue representar uma ocupação do espaço público, ainda que essa talvez fosse a intenção daqueles que ali estavam. A impressão que se tem é que estão na Praça dos Três Poderes por acaso, ao término de um

passeio que acabaram de realizar ou como se atendessem a uma reivindicação exógena.

Figura 36 - Manifestantes pró-Bolsonaro invadem Congresso, STF e Planalto. Brasília, 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Metrôpoles (2023).

Sabemos que espaços públicos, em especial as praças, são lugares de excelência para manifestações políticas e protestos. Na América Latina, um dos lugares marcantes simbolicamente é a Plaza de Mayo, em Buenos Aires, onde mães e avós de desaparecidos políticos durante a ditadura militar na Argentina se reúnem semanalmente há mais de 40 anos, exigindo notícias dos paradeiros de seus entes queridos, conforme representado na figura 37.

Figura 37 - Mães da Plaza de Mayo, em Buenos Aires, s/d.



Fonte: Bingemer, 2017.

As duas imagens, aqui contrapostas, exibem *performances* com pouco ou nenhum movimento. No entanto, enquanto a primeira parece mostrar um grupo amorfo e desorganizado, a segunda mostra mulheres idosas, disposta geometricamente, lado a lado. Esses corpos, mesmo estáticos, performam de forma muito potente. Politicamente. Com suas cabeças levemente inclinadas para baixo, cobertas por lenços brancos, bordados em azul onde lemos parcialmente “Vida de los desaparecidos” e “plaza”. O silêncio que produzem grita. Lutam contra o esquecimento, por reparação e justiça.

Figura 38 - Ataque às obras de arte em Brasília, 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Antunes (2023).

Entre o conjunto de gestos que caracterizaram o 8 de janeiro, gostaríamos de destacar aqueles mais destrutivos que se voltaram contra obras de arte. Nesses casos, nos parece que se tratou, simplesmente, de vandalismo, de ataques de fúria, que se deu igualmente contra portas, vidraças e os mais diversos objetos, independentemente de seus valores simbólicos e patrimoniais. Marretadas, socos e golpes de facas foram distribuídos de forma aleatória. Bastava os objetos estarem ao alcance dos atores que invadiram os espaços para sofrerem algum tipo de prejuízo. Não houve sequer reivindicações ou explicações.

Figura 39 - Ativistas jogam sopa em Mona Lisa, no Museu do Louvre, em 2024.



Fonte: AFP (2024).

Na Europa, há vários casos de ativistas que invadem museus e atacam (na maior parte das vezes, sem danificar) obras famosas como forma de protesto pelos mais diferentes motivos: contra o aquecimento global, contra a exploração de hidrocarbonetos, contra a extração de petróleo ou gás. Há também ações que visam chamar atenção para o fato de que os acervos desses museus se construíram, na maior parte das vezes, por meio de roubos, saques, butins e pilhagens, resultantes dos processos coloniais e imperialistas (Vergès, 2023). Em muitos países, e no Brasil, estátuas e monumentos têm sido atacados para publicizar o incômodo que geram porque representam e homenageiam escravagistas, colonizadores, ditadores, entre outras figuras que precisam ser revisitadas pelos historiadores e empreendedores da memória, conforme discutimos na primeira parte deste livro. Em 8 de janeiro de 2023, o que se viu em Brasília, foi diferente. Foi tão somente a aleatoriedade do gesto destrutivo que, como já mencionamos, se direcionava indiscriminadamente a qualquer objeto.

Figura 40 - Cadeira do ministro Alexandre de Moraes é colocada do lado de fora do STF junto ao brasão da República. Brasília, 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Poder 360 (2023).

A imagem da Figura 40 mostra a cadeira de Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e na época também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), deslocada para a praça pública, com o Brasão da República, extraído do Palácio do Planalto, colocado em seu assento. O deslocamento da cadeira e do brasão ganham, nesse contexto, muitas camadas de sentidos.

À primeira vista, esse gesto lembra os rituais de destronamento da Idade Média e do Renascimento, que ironicamente ridicularizavam os poderes constituídos, fenômeno tão bem analisado por Bakhtin (1999). Os destronamentos carnavalescos, entretanto, remetiam a sentidos muito diversos daqueles mobilizados em 8 de janeiro. Inseridos na cosmovisão da cultura cômica popular, eles propunham, através do riso e humor, uma visão de mundo livre, sem hierarquias, humana e aberta ao Outro.

O deslocamento da cadeira de Alexandre Moraes foi uma tentativa de desqualificar tanto a pessoa física, quanto a jurídica do presidente do TSE. Faz-se necessário relembrar o papel fundamental que o ministro desempenhou durante todo o processo eleitoral a fim de garantir o estado democrático de direito e a legitimidade das

urnas eletrônicas, entre outras tentativas de desmonte e golpes da extrema-direita, capitaneadas pela família Bolsonaro e seus apoia-dores.

Descontentes com suas sentenças, os atores da invasão substituíram o juiz ou, em termos semióticos, seus signos. Compartilhamos com Paolo Demuru (2018, p. 40) a ideia de que os símbolos nacionais, desde 2013, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, até o término do mandato de Jair Bolsonaro, foram acionados como forma de estratégia de manipulação e poder, por meio da difusão de narrativas de um Brasil que parecia à deriva, vítima de uma profunda e duradora crise política e moral, e de um povo unido em prol de sua salvação. Nas narrativas, a ausência de reivindicações precisas se junta à proliferação de gestos com significados abertos e confusos ou de “indeterminação semântica” (Demuru, 2018, p. 6).

Nesse sentido, a cadeira do ministro e o brasão da República – arrancados do espaço onde antes significavam a manutenção do estado de direito – passaram a representar o gesto disforme de ser “contra tudo”, graças à simultaneidade dos ataques a outros mobiliários e a obras de arte com sentidos diversos. Vale lembrar que o evento ocorreu em pleno domingo, dia da semana conhecido pela tradição de não haver políticos na cidade de Brasília. Diferentemente de outras tentativas de derrubadas de governos nacionais e internacionais, em que presidentes e ministros foram perseguidos até abdicarem dos cargos, assassinados, presos ou expulsos, o que se viu em 8 de janeiro foi a explosão de uma ação organizada nas redes sociais e nos acampamentos dos autointitulados patriotas em locais estratégicos para tentar desestabilizar o governo eleito, pleitear intervenção militar e a volta da ditadura.

O conjunto de gestos contra tudo e todos, no lugar de encorpar e organizar as reivindicações, as esvaziou. As ações sequer deixaram rastros, uma vez que equipes de limpeza e de especialistas trataram de, rapidamente, fazer faxina, inventa-riar os prejuízos, devolver peças do mobiliário e obras de artes

aos seus lugares e encaminhar as danificadas para restauro. Com dinheiro público.

Comentamos anteriormente que os gestos a que assistimos em 8 de janeiro de 2023 resultaram, entre outros fatores, dos acampamentos estrategicamente montados em frente de quartéis em diversos estados do Brasil, financiados por empresários, muitos deles, como suspeita a Polícia Federal, ligados ao garimpo ilegal, à extração de madeira e à agropecuária. Inconformados com a vitória de Lula à presidência em 31 de outubro de 2022, os bolsonaristas que atacaram a Praça dos Três Poderes saíram desses agrupamentos irregulares, em ônibus fretados, para combater uma suposta “conspiração comunista em pleno andamento”. Para isso, contavam com a proteção das Forças Armadas, que não houve, e insistiam na necessidade de intervenção militar.

Figura 41 - Bolsonaristas radicais invadem Brasília, em 8 de janeiro de 2023.



Fonte: Pereira (2023).

Esses gestos foram os únicos nos quais identificamos mensagens com alguma determinação semântica mais direcionada, uma vez que, na maior parte das imagens e reportagens, esses militantes enunciaram frases extraídas do senso comum, incompletas, como “colapsar o sistema”, “tomar o poder de assalto”, evitar que “a cidade [Brasília] fique na mão de petistas” (Turollo; Quintella, 2023). Em

alguns vídeos, alguns deles afirmavam “estar com sangue nos olhos”, “que a boiada estourou”, “que hoje a onça vai beber água”, que “o pessoal hoje não tá pra brincadeira, não. Vamos invadir”, “Invadimos!”, “Conseguimos!”.

O negacionismo que explodiu nos anos do governo de Jair Bolsonaro não se deu apenas no campo das ciências, com o descrédito das vacinas, com o terraplanismo ou negação do aquecimento global, mas também no campo da história. O desejo pela volta de um regime ditatorial para combater um suposto comunismo que estaria por se instalar no país com a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 é um dos resultados não só do total desconhecimento da realidade política do país (afinal, a que comunismo estão se referindo?), quanto da adesão ao negacionismo histórico. Muitos afirmam que não houve ditadura no Brasil ou que os casos de tortura e outras formas de violência não ocorreram tal como é contado e testemunhado por suas vítimas diretas.

A memória do nosso passado recente, no qual o regime militar sequestrou, torturou e matou estudantes, civis, intelectuais, assim como exilou ou cassou políticos, entre tantas outras atrocidades, tem sido substituída por versões amenizadoras, pacificadoras. As diferentes narrativas mostram como os sentidos, em constante disputa, irrompem sob determinados contextos e a importância dos “empreendedores da memória”, cujos trabalhos impedem não só apagamentos e silenciamentos, mas também diferentes formas de negacionismos.

O exercício a que nos propusemos – identificar alguns gestos veiculados em tempo real nas mais diversas mídias ao longo do dia 8 de janeiro de 2023 – nos remeteu a outros eventos e manifestações nas artes e na política nacional e internacional. Tentamos mostrar a importância dos estudos da memória para compreensão sobre gestos mnemônicos e suas implicações, especialmente quando regimes democráticos no Brasil e no exterior podem ser derrubados, negados, esquecidos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

E agora, como ficamos?

Analisamos, ao longo deste livro, dois conjuntos de intervenções em monumentos públicos que, apesar de suas características e sentidos absolutamente distintos, reunimos sob uma mesma denominação: iconoclastia. Entendemos que, mesmo opostos, os dois tipos de práticas – entendidos a partir da noção de gesto mnemônico – fazem parte de uma só dinâmica que, nos tempos atuais, está relacionada à grande centralidade cultural e política ocupada pelo passado.

O passado – como diversas pesquisas no campo dos estudos da memória têm apontado – assume um lugar de extrema importância nas formas como diferentes grupos sociais e mesmo partidos políticos se posicionam na arena das lutas contemporâneas. Foi a partir dessa perspectiva que nós – estudiosas da comunicação e da memória – nos interessamos por esses dois conjuntos de práticas iconoclastas e decidimos estudar seus sentidos possíveis.

Nossa ideia foi refletir sobre o que há de específico e de novo nessa iconoclastia e o que a diferencia de outras formas semelhantes do passado. Nos perguntávamos como seus gestos nos ajudam a pensar as configurações e as dinâmicas da memória social nos dias de hoje. Sabíamos que não encontraríamos respostas fáceis, simples e, muito menos, definitivas para a questão. Mas acreditamos que valia o esforço da reflexão.

O primeiro conjunto de práticas – que descrevemos nos dois primeiros capítulos deste livro – é composto por formas bastante diversificadas de intervenção em monumentos públicos, especialmente em estátuas. Resulta de gestos variados – de destruições, pixações, alterações, inscrições, interferências, substituições, remoções e deslocamentos – que apontam para o questionamento de figuras históricas e de símbolos que perpetuam, no tempo, narrativas ligadas a processos coloniais e a diversas formas de racismo.

Esses movimentos só podem ser entendidos pela perspectiva de processos decoloniais mais amplos, que se baseiam numa crítica profunda da modernidade ocidental e de seus sistemas de saber e poder, que vêm reproduzindo, por séculos, formas de dominação e exploração. Representam a luta de setores sociais subalternizados e excluídos na desconstrução de versões cristalizadas do passado que, historicamente, serviram para manter sistemas hegemônicos de opressão. Expressam, algumas vezes por meio de violência, o desejo de criação de espaços simbólicos mais inclusivos e democráticos.

Ainda que encontremos exemplos de intervenções desse tipo, em diferentes países, antes de 2020, o assassinato do afro-americano George Floyd foi, como vimos, um marco simbólico importante desse tipo de iconoclastia. O movimento assumiu um caráter transnacional ao imediatamente se conectar, em diferentes partes do mundo, aos protestos do *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), aumentando a visibilidade do movimento e ampliando a discussão sobre colonialismo e racismo sistêmico.

A destruição ou remoção de ícones e imagens incômodas de espaços públicos, não apaga, por si só, a violência histórica que representam. Sabemos disso. A iconoclastia, além disso, levanta também debates complexos sobre o valor patrimonial e estético de monumentos, sobre anacronismo e reescritura da história, questões que não nos coube aqui discutir, assim como também não nos coube lançar juízos morais sobre os gestos. Interessou-nos percebê-los como formas de agenciamento mnemônicos, que questionam a natureza mesma dos monumentos e a lógica de poder que eles representam.

Sabemos que esse tipo de iconoclastia se tornou possível na contemporaneidade, devido sobretudo à crise do regime de temporalidade moderno, que tem levado ao questionamento não apenas das formas de poder coloniais, mas da própria epistemologia eurocêntrica. Essa crise se caracteriza tanto pelo enfraquecimento da ideia de progresso, supostamente resultante do aperfeiçoamento contínuo da técnica e da ciência, quanto por uma espécie de desilusão com o passado. A história não é mais percebida como “magistra vitae”, fonte de inspiração para o presente e o futuro. Ao contrário, como Benjamin (1987b) já previa com seu *Anjo da História*, o que o passado apresenta é um acúmulo de ruínas.

As noções de trauma histórico, que mobilizamos no primeiro capítulo, nos ajudam a perceber como, para muitas coletividades, o passado é sentido como um tempo de dor e sofrimento, que cabe ao presente de alguma forma reparar. É preciso lembrar, futurar as feridas, talvez queimando e destruindo estátuas, para, assim, elaborar as experiências de outrora (como a escravidão ou o genocídio indígena) e tentar evitar que elas continuem, sintomaticamente (como diria Freud), a se repetir por meio de sistemas sociais perversos e excludentes. O debate em torno do incômodo das estátuas e monumentos potencializa o enfrentamento de versões da história colonial, uma vez que ainda permanecem, na contemporaneidade, vestígios do passado escravocrata, das opressões de classe e de gênero.

Essa relação tensa e problemática com a temporalidade moderna, que conforma a emergência de movimentos decoloniais e identitários em diferentes partes do mundo, nos parece dar sentido às práticas iconoclastas que eclodiram no contexto da morte de George Floyd. Mas o segundo tipo de iconoclastia, que analisamos no capítulo três deste livro, aponta para significados bastante diversos desse, ainda que também expresse – de alguma forma – a crise do ideário das luzes e de seu modelo civilizatório.

Os atos de violência e de destruição de estátuas, objetos de arte e mobiliário que ocorreram na sede dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, foram carregados de simbolismos. Uma população enraivecida, composta por milhares de pessoas – seduzidas

por gratificações e viagens pagas e impulsionadas pela ideologia de extrema-direita – atacaram o espaço mais emblemático da República brasileira. Muitos, vestidos de verde e amarelo, pediam intervenção militar e alguns chegaram a mencionar o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), o decreto mais duro e repressivo da ditadura. O protesto foi motivado pelos resultados das eleições, que derrotaram o ex-presidente Jair Bolsonaro. Hoje, em 2025, sabe-se que os ataques faziam parte de um plano de golpe de estado, que incluía uma série de ações, inclusive o assassinato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de seu vice, Geraldo Alckmin, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Os gestos de 8 de janeiro foram diversificados, como vimos. Incluíram ações variadas de destruição, como quebrar, derrubar, deslocar, sujar, defecar e invadir. Esses ataques reverberam práticas do mesmo tipo ocorridas em outras partes do planeta, onde a extrema-direita também promove ações contra símbolos de instituições democráticas. Foi o caso dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021. A sessão que reunia Câmara e Senado para a certificação da vitória do presidente eleito, Joe Biden, foi interrompida por apoiadores de Donald Trump, que invadiram o Capitólio, principal símbolo do poder político no país, em Washington. No ataque, os agressores destruíam os gabinetes dos parlamentares, danificaram esculturas, pinturas, documentos e diversos objetos, muitos com valor artístico e histórico.

Uma das imagens mais marcantes do episódio é a do americano Jacob Chansley, chamado “Xamã do QAnon”, identificado como uma espécie de líder espiritual de um grupo de extrema direita. Ele ficou conhecido por usar pintura facial e vestir uma roupa de pele de urso com chifres. A referência ao passado pré-moderno não poderia ser mais explícita, tanto que Chansley ficou conhecido como o “Viking do Capitólio”. Seu peito nu e seus adereços aludiam ao poder e à virilidade do homem branco, que também ostentava seu nacionalismo ufanista nas cores da bandeira americana pintada no seu rosto.

Tanto no caso brasileiro quanto no americano, o passado a que os extremistas de direita se referem é o de um possível lugar de retorno.

É um tempo imaginado como de glória, cujos valores (patriarcais, supremacistas, excludentes) se deseja nostálgicamente recuperar ou conservar.

As notícias, transmitidas em tempo real, sobre os ataques e intervenções em estátuas ao redor do mundo, em 2020, assim como os ataques aos monumentos democráticos em Brasília, em 2023, expressam dinâmicas da guerra cultural, que envolve hoje o embate – muitas vezes polarizado – em torno de valores, crenças, símbolos e ideias. Trata-se de disputas para definir o que é considerado aceitável ou desejável nas sociedades. Nessa luta social e política, diferentes grupos buscam impor suas visões de mundo e valores, enquanto outros tentam garantir seu direito, historicamente negado, de existir.

A iconoclastia contemporânea, portanto, aponta para reconfiguração de forças políticas em esfera transnacional, em um contexto de rearticulação de movimentos sociais que, por um lado, colocam em xeque as memórias dominantes e, por outro, reforçam discursos de resistência conservadora. A memória, como sabemos, é um lugar de lutas, um campo de disputas sobre o sentido do passado, que se dinamiza sempre no presente. Por isso, a lembrança é lugar de trabalho, elaboração e disputas constantes.

Qualquer gesto mnemônico será sempre seletivo, porque esta é a natureza mesma da memória. Não é possível lembrar tudo. Algumas parcelas e aspectos do passado são esquecidos, silenciados ou amenizados, para que outros ganhem voz e centralidade narrativa. Por isso, os gestos também são sempre conflituais, porque expressam o desejo de representação necessariamente parcial. A posição de poder ocupada por indivíduos e grupos sociais, em determinados momentos, permite que esses construam narrativas (nesse caso, na forma de monumentos) que privilegiam alguns elementos, em detrimento de outros, na construção das narrativas oficiais sobre o passado. Toda política de memória é também uma política de esquecimento.

Os sentidos das narrativas mnemônicas, entretanto, nunca se fecham. Ao contrário, são submetidos a constantes reinterpretações. Monumentos, ainda que esculpidos em pedra ou forjados em ferro, não congelam o passado e seus significados. As formas pelas quais

afetam, como símbolo de autoridade e prestígio, os sujeitos e as coletividades são necessariamente múltiplas e variáveis, resultantes de dinâmicas sociais, sempre em processo de negociação, disputa e atualização. A iconoclastia é uma expressão bastante contundente disso.

Gestos iconoclastas, de uma forma ou de outra, são sempre mnemônicos porque traduzem não somente a interação entre os indivíduos e o momento vivido, mas também representam a reinscrição de experiências passadas na memória social. Os gestos expressam os movimentos de ressignificação incessantes do passado, por meio de formas concretas de agenciamento coletivos. Os gestos nos permitem perceber, com clareza, que a memória, mais do que uma forma de representação, é lugar de trabalho e ação, é ato e movimento.

REFERÊNCIAS

ACKERMANN, Niels. **Looking for Lenin**. Londres: FUEL editors, 2017.

ACKERMANN, Niels. **A sliced sculpture of Lenin in the Shabo, Odesa region**. 2015a. 1 fotografia. Disponível em: <https://hyperallergic.com/384217/looking-for-traces-of-lenin-in-ukrain>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ACKERMANN, Niels. **A statue in Kremenchuk**. 2016a. 1 fotografia. Disponível em: <https://hyperallergic.com/384217/looking-for-traces-of-lenin-in-ukrain>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ACKERMANN, Niels. **Nose from Kharkiv statue of Lenin**. 2016b. 1 fotografia. Disponível em: <https://hyperallergic.com/384217/looking-for-traces-of-lenin-in-ukrain>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ACKERMANN, Niels. **Lenin statue transformed by artist Alexander Milov into Darth Vader, near Odessa**. 2015b. 1 fotografia. Disponível em: <https://hyperallergic.com/384217/looking-for-traces-of-lenin-in-ukrain>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AFP. **Manifestantes jogam sopa no quadro da Mona Lisa, em Paris**. 2024. 1 fotografia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/01/29/relembre-outros-ataques-a-mona-lisa-alvo-de-sopa-por-duas-ativistas-no-museu-do-louvre.ghml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Ministro do STF suspende lei que cria Dia do Patriota em Porto Alegre. **Agência Brasil**. Brasília, 28 de ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/ministro-do-stf-suspende-lei-que-cria-dia-do-patriota-em-porto-alegre>. Acesso em: 09 jul. 2025.

AMORMINO, Luciana. **A memória coletiva em perspectiva**: ensaios sobre a memória como gesto a partir de narrativas de uma cidade-trapeira. Curitiba: Appris, 2024a.

AMORMINO, Luciana. **A memória como gesto**: um ato ético, estético e político. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2024b. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/produto/memoria-como-gesto/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ANTUNES, Juliana. Da dimensão simbólica do 08 de janeiro. **Passa Palavra, online**, 11/01/2023. Disponível em: <https://passapalavra.info/2023/01/147052/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ARTE FORA DO MUSEU. **Monumento a Zumbi dos Palmares**. N. D. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/monumento-a-zumbi-dos-palmares/>. Acesso em: 15 maio 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (org.). **Memory in a Global Age**: discourses, practices and trajectories. London: Palgrave Macmillan, 2010.

AVENTURA NA HISTÓRIA. **Imagem de Borba Gato incendiada**. 2022. 1 fotografia. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/acusado-de-incendiar-estatua-de-borba-gato-tem-pedido-de-condenacao-de-3-anos-por-mp.phtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZOULAY, Ariella A. **História potencial**: desaprender o imperialismo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 2010.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, nº 9, maio-agosto de 2013, p. 89-117. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 02 mai 2025.

BBC. Statues of Queen Victoria and Queen Elizabeth II torn down in Canada. **BBC News**, 02/07/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-57693683>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BBC Brasil. Moscou reinstala estátua de criador do serviço secreto. **BBC Brasil**, 08/11/2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051108_estatuarw. Acesso em: 08 nov. 2022.

BENJAMIN, Walter. Conto e cura. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BERARDI, Franco. **Depois do Futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BOSCH, Hieronymus. **O Jardim das Delícias** [1490-1500]. Museo Nacional del Prado, n. d. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/triptico-del-jardin-de-las-delicias/02388242-6d6a-4e9e-a-992-e1311eab3609>. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL DE FATO. No Rio, estátua de Pedro Álvares Cabral é incendiada contra “marco temporal” de ruralistas. **Brasil de Fato**, 25/08/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/no-rio-estatuade-pedro-alvares-cabral-e-incendiada-contramarco-temporal-de-ruralistas/>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRIDGE TO MOSCOW. **Muzeon Sculpture park**. N. D. 1 fotografia. Disponível em: https://bridgetomoscw.com/park-of-sculptures_2. Acesso em: 01 set. 2025.

BERALDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. As loucas da Praça de Maio. **Portal Gelelés**. 20/10/2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-loucas-da-praca-de-maio/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BIRCHALL, Ben. **Manifestantes derrubam estátua do comerciante de escravos Edward Colston, em Bristol**. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatuado-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglesaterra.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BIRCHALL, Ben. **Manifestantes jogam estátua do trafficante de escravos Edward Colston no porto de Bristol**. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatuado-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglesaterra.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARDOSO, Rafael. Fogo cruzado, memória apagada. Revista **Memória da eletricidade**, do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, n. 4, ano 01, dez. 2021. Disponível em: <https://revistacm.memoriadaeletricidade.com.br/post?id=110>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CAVALIER SAVOIA, Sandro; SENA VENERA, Raquel Alvarenga. Patrimônios em disputa a partir do movimento BLACK LIVES MATTER: entre políticas e polícias. **Métis: História & Cultura**, [s. l.], Caxias do Sul, v. 20, n. 40, 2022. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/10845>. Acesso em: 13 set. 2024.

CHEKACHKOV, Igor. **Ativistas derrubam monumento de Lenin em Kharkiv, na Ucrânia**. 2014. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/menor-estatua-de-lenin-na-europa-e-derrubada-no-leste-da-ucrania.html>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CHIARELLI, Tadeu. Bandeirantes em movimento: entre disputas e conciliação. **Arte! Brasileiros**, 2020. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opinioao/bandeirantes-em-movimento-entre-disputas-e-conciliacao/>. Acesso em: 12 ago 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CNN Travel. **Memento Park – Statue Park Museum, Budapest, Hungary**. 2028. 1 fotografia. Disponível em: <https://edition.cnn.com/travel/gallery/communist-statues-park-budapest-photos>. Acesso em: 02 set. 2025.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, do Programa de Pós-Graduação em História, da **Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**. Florianópolis, v.10,n.23,p.39 – 79,jan./mar.2018. ISSN 2175-1803. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 12 ago 2025.

COSTA, Cristiana. “Borba Gato não é épico, mas popular. Se ofende as elites e ideologias do momento, vamos ressignificá-lo”. **DCM**, 16/06/2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/borba-gato-nao-e-epico-mas-popular-se-ofende-as-elites-e-ideologias-do-momento-vamos-ressignifica-lo/> Acesso em: 18 jul. 2025

DEMURU, Paolo. Os símbolos nacionais nos processos sociais e mediáticos: uma análise sociossemiótica da bandeira e do hino brasileiro de junho de 2013 aos dias de hoje. **Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do XXVII Encontro Anual da Compós**. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2018/trabalhos/os-simbolos-nacionais-nos-processos-sociais-e-mediaticos-uma-analise-sociossemio?lang=pt-br>. Acesso em: 03 mar. 2023.

DISDÉRI, André Adolphe Eugène. **Destrução da coluna Vendôme durante a Comuna de Paris**. 1871. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/historia-comuna-de-paris.phtml>. Acesso em: 29 ago. 2025.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. JD entrevista FL. [Entrevista concedida a] François Laplatine. **Revista Imaginário**, USP, São Paulo, n. 2, p.1-7, 1995.

EVERETT, Caleb. **A Myriad of Tongues: how languages reveal differences in how we think**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2023.

EVERETT HISTORICAL. Crianças diante de cabeça de estátua do czar Alexandre III derrubada em 1917. **Revista Veja**, Editora Abril, *Online*, 6/10/2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-que-faltava-na-es-tante/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, Sigmund. (1940-1941). Esboços para comunicação preliminar de 1893. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 213-222.

FREUD, Sigmund. “Recordar, repetir e elaborar”. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1986a.

FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1986b.

GÊ, Luiz. Entradas e bandeiras. **Chiclete com Banana**, São Paulo: Circo Editorial, n. 1, 1985. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/bandeirantes-em-movimento-entre-disputas-e-conciliacao/>. Acesso em: 07 maio 2022.

GERHARD, Tania Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOES, Diogo. A iconoclastia contemporânea: o antirracismo entre a descolonização da arte e a (re)sacralização do espaço público. **Comunicação e Sociedade**, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Braga, v. 41, 2022, p. 105-129. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).3691](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3691) Acesso em: 04 jul. 2025.

GONÇALVES, Robson de Andrade, MUCHERONI, Marcos Luiz e CLARO, Sushila Vieira. A monumental violência do presente: reflexões críticas acerca da iconoclastia política do século XXI. **Liinc em Revista**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, nov. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6581/6401>. Acesso em: 12/08/2025.

GRANADOS, Mery. Manifestantes derrubam estátua de Cristóvão Colombo. 2021. 1 fotografia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/manifestantes-derrubam-estatua-de-cristovao-colombo-em-meio-a-protestos-na-colombia.shtml>. Acesso em: 17 set. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HIRSCH, Marianne. **Family Frames**: photography, narrative, and postmemory. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

HELLER, Barbara. **Memento Park, Budapeste**. 2024. 1 fotografia.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HELLER, Barbara; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Não é o começo do paraíso, mas a saída do inferno: disputas de memória e negacionismos no 08 de janeiro de 2023. **Anais. 32º Encontro Anual da Compós**, na Universidade de São Paulo. São Paulo (SP), em junho/2023. Disponível em: <file:///C:/Users/prisp/Downloads/galoa-proceedings—compos-2023--167968.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

HELLER, Barbara; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; PERAZZO, Priscila F. Monumentos em disputa: movimentos iconoclastas contemporâneos e reconfigurações das narrativas da memória coletiva. **Anais. 31º Encontro Anual da Compós**, na Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz (MA), em junho/2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/monumentos-em-disputa-movimentos-iconoclastas-contemporaneos-e-reconfiguracoes-d?lang=pt-br>. Acesso em: 19 jul. 2025.

HISAM, Sumaya. **Estudantes comemoram enquanto estátua de Cecil Rhodes é removida por guindaste da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul**. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estatua-de-imperialista-branco-em-universidade-gera-polemica-na-africa-do-sul,e307685c26f9c410VgnCLD200000b1b-f46d0RCRD.html>. Acesso em 27 out. 2025.

IMPARATO, Marcella. Da iconoclastia ao iconoclash, de Bruno Latour. **Rapsódia**, Revista do Departamento de Filosofia – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 175-187, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rapsodia/article/view/219846>. Acesso 27 out. 2025.

INFANTES, Isabel. **Pichação em estátua de Sir Winston Churchill**. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/08/manifestantes-picham-a-frase-era-racista-em-estatua-de-churchill-em-londres.gh.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTAGRAM MÍDIA 1508. **Incêndio de mais um monumento escravo-crata e genocida**. 2021. 1 fotografia. Disponível em: <https://diariodorio.com/vandalos-picham-e-incendeiam-estatua-de-pedro-alvares-cabral-na-gloria/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

INVASOR faz coco e xixi dentro de sala do Supremo. 1 vídeo (3 min) Publicado pela **Record Tv**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/invasor-faz-coco-e-xixi-dentro-de-sala-do-supremo-assista-ao-video-08012023>. Acesso em: 08 jan. 2023.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI Ediciones, 2002.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017.

JONAS, Stéphane. Société et mémoire. Regard de Gérard Namer sur l'oeuvre de Maurice Halbwachs [article]. **Revue des Sciences Sociales**. Année 2003, 31, p. 68-72. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/revss_1623-6572_2003_num_31_1_2646. Acesso em: 05 fev. 2025.

KAYSER, Wolfgang. **O grotesco**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

KLEIN, Alberto. Contra imagens: apagamento, iconoclastia, devoração e demonização. **Concinnitas**. Revista do Instituto de Artes da UERJ. Rio de Janeiro, v. 22, n. 42, set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/63194> Acesso 27 out. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LALOUETTE, Jacqueline. **Les statues de la discorde**. Paris: Editions Passés/ Composés, 2021.

NEW YORK HISTORICAL SOCIETY. **Rei George III cai de seu pedestal em 9 de julho de 1776**. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/07/derrubar-estatuas-e-uma-tradicao-que-remonta-a-independencia-dos-estados-unidos>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LAST LENIN IN ZAPORIZHIA, 2016. 1 vídeo (0,31 min). Publicado pelo canal **Ukraine Today**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9LTo5YIPrbs>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

LIST OF monuments and memorials removed during the George Floyd protests. In: **WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia**. Revista em: 18/07/2025. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_monuments_and_me

morials_removed_during_the_George_Floyd_protests. Acesso em: 01 set. 2025.

LOPEZ PIÑEYRO, Hernán; PÉREZ, Juan Pablo; REDRUELLO, María Eugenia. Disputas estético-políticas en torno al espacio urbano y la memoria: emplazar, desplazar, reemplazar, desbordar e intervenirlos monumentos. **Eikón Imago**, da Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 13, e83828, 2024. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/233049> Acesso 27 out. 2025.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MACHADO, Arlindo. O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges. **Teoria e crítica**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

MARIN, Rodrigo. **Cabeça de Pedro de Valdívia vai para as mãos de Caupolicán, líder mapuche**. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/599941-em-edicao-remover-estatuas-nao-e-apagar-a-historia-pelo-contrario-e-escreve-la>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MARTINEZ, Monica. **Jornada do Herói**: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/jornada_heroi.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023

MBEMBE, Achille. O que fazer com as estátuas e os movimentos coloniais? Tradução: Juliana de Moraes Monteiro; Carla Rodrigues. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 2, n. 2 (2020). Disponível em: <https://revistarosa.com/2/o-que-fazer-com-as-estatuas-e-os-monumentos-coloniais#notarodap%C3%A91> Acesso em: 14 jan. 2025.

METRÓPOLES. **Manifestantes no Congresso Nacional**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/apos-invasao-as-sedes-dos-tres-poderes-150-pessoas-sao-presas-em-brasilia>. Acesso em: 09 jun. 2023.

NUNES, Mônica R. F.; HELLER, Barbara; PERAZZO, Priscila F. Ditos e interditos em territórios da memória: os movimentos sociais de intervenção nos monumentos públicos. Apresentado oralmente no **XVI congresso da Brazilian Studies Association (BRASA)**. Georgetown University. Washington, D.C, on-line, 2022.

OLIVEIRA, Regiane. Prisão de ativista que queimou Borba Gato provoca debate sobre a memória de São Paulo. **El País Brasil**, 28/07/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-29/prisao-de-ativista-que->

-queimou-borba-gato-provoca-debate-sobre-a-memoria-de-sao-paulo.html. Acesso em: 27 set. 2021.

PACIORNIK, Vitor Flynn. **Xondaro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo & Editora Elefante, 2016. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/?s=Xondaro> Acesso em: 12 jan. 2025.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PEREIRA, Felipe. **Golpistas invadem Congresso Nacional e pedem intervenção militar**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/extremistas-invadem-e-destroem-palacio-do-planalto-stf-e-congresso.htm?uol_app=placaruo!t. Acesso em: 23 mar. 2023.

PODER 360. Assista pela 1ª vez vídeos dos ataques ao STF no 8 de Janeiro. **Poder 360**, 25/01/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/assista-pela-1a-vez-videos-dos-ataques-ao-stf-em-8-de-janeiro/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PODER 360. Extremistas quebraram plenário do STF e arrancaram cadeira. **Poder 360**, 09/01/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/extremistas-quebraram-plenario-do-stf-e-arrancaram-cadeira/>. Acesso 27 out. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da FGV CPDOC, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> Acesso 27 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAU, Felipe. **Grupo protesta contra mudança na demarcação de terras indígenas**. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/monumento-bandeiras-e-pichado-com-frase-contrape-215.html>. Acesso 27 out. 2025.

REID, Jen. A Surge of Power. **Marc Quinn**. 2020. Disponível em: <http://marcquinn.com/artworks/single/a-surge-of-power-jen-reid-2020>. Acesso em: 22 mar. 2022.

REUTERS. **A monument to Soviet state founder Vladimir Lenin is decorated by unidentified people with the Ukrainian traditional shirt containing elements of the national ethnic embroidery, in the south-eastern city of Zaporizhzhya.** 2014. 1 fotografia. Disponível em: <https://jakartaglobe.id/lifestyle/ukraine-tears-giant-lenin-statue-live-youtube>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BERTOL, Rachel. Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado. **RuMoRes** [s. l.], Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 16-37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2021.181756>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

RIVERA, Tania. A memória como gesto: Benjamin, Freud e a trama de polároides de Marcos Bonisson. **Revista Poiesis.** Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 24, p. 129-144, dez. 2014. Disponível em: <http://www.poiesis.uff.br/p24/pdf/p24-dossie-8-tania-rivera.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ROBIN, Régine. **A memória saturada.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROOSENS, Jonas. **Estátua do Rei Leopoldo.** 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/cidade-da-belgica-retira-estatua-de-polemico-rei-apos-protestos-antirracistas.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ROUSSO, Henri. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SÁ, Celso Pereira de (2007). Sobre o campo de estudo da Memória Social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, do **Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SANTA-CRUZ, Lucia; FERRAZ, Talitha (org.). **Nostalgias e mídia: no caleidoscópio do tempo.** Rio de Janeiro: Ebooks, 2018.

SAPRONENKOV, Anatole. **Uma multidão assistindo a estátua do fundador da KGB, Dzerzhinsky, sendo derrubada na praça Lubyanskaya, em Moscou.** 22 de agosto de 1991. Disponível em: <https://gov-civ-guarda.pt/how-kgb-founder-iron-felix-justified-terror>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. **Literatura e Autoritarismo, Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM**, [s. l.], Santa Maria, n. 33, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/35461> Acesso em: 1 mar. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**. A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SECCO, Lincoln. A imagem da mulher e a esquerda. **Blog da Boitempo**. 04/03/2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/04/a-imagem-da-mulher-e-a-esquerda/#prettyPhoto>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma; a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.2 0, n. 1, p.65- 82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. do Programa de Pós-Graduação em História, da **Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan. / jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894> Acesso em: 14 mar. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Da iconoclastia à política das imagens: as aventuras da negatividade. **Concinnitas**, Revista do Instituto de Artes da UERJ. Rio de Janeiro, v. 22, n. 42, set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/63193> Acesso em: 02 mar. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Rosana Paulino: a arte como resistência aos apagamentos da violência colonial. **Crisol**, Université Paris-Nanterre, série numérique 21, 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://crisol.parisnanterre.fr/index.php/crisol/article/download/415/486> Acesso em: 07 mar. 2022.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SONTAG, Susan. A imaginação pornográfica. *In: A vontade radical: estilos*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SLAVUTZKY, Abrão; SOUSA, Edson Luiz André de. **Imaginar o amanhã**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

SOUZA, Dayana Viviany Silva de; FONSECA, Joel Dias da. Decolonialidade, interculturalidade crítica e o pensamento freireano em tempos de institucionalização da opressão. **Revista Cocar**, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará (UEPA), Belém, v. 13, n. 27,

set./dez./2019, p. 883-902. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/index/>. Acesso em: 16/07/2025.

TRIBOUILLARD, Kenzo. **Estátua do rei Balduino da Bélgica (1930-1993) em frente à Catedral de São Miguel e Gudula, no centro de Bruxelas**. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/especial/derrubada-de-estatuas-de-figuras-ligadas-à-escravidão-provoca-debate-sobre-reescrever-o-passado-1.441932>. Acesso em: 25 maio 2022.

TUROLLO JR, Reynaldo; QUINTELLA, Sérgio. Bolsonaristas presos produziram provas contra si e podem pegar penas longas. **Veja**, Editora Abril, *On-line*, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaristas-presos-produziram-prova-contra-si-e-podem-pegar-penas-longas/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

URIBE, Sandra Lucía. **La experiencia estética dialógica**. Apreciación artística de tres por jóvenes estudiantes esculturas públicas de Colima, México. Tese. Doutorado em Ciências e Humanidades para o Desenvolvimento Interdisciplinar. Saltillo, Coahuila, Universidad Autónoma de Coahuila, Mx, 2020.

VAN DER TOORN, Maurits. **Museum voor Totalitaire Kunst in Sofia**. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/52581810@N02/33992219628/>. Acesso em: 02 set. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIRAVA, Thiago Gil de Oliveira; CHIARELLI, Domingos Tadeu. O monumento às bandeiras como processo: do presente ao passado. Quiroga. **Revista de Patrimônio Iberoamericano, Universidad de Granada**, n. 16, jul.-dez. 2019, p. 36-51.

VOON, Claire. Looking for Traces of Lenin in Ukraine. **Hipoallergic**. 19 jun. 2017. Disponível em: <https://hyperallergic.com/384217/looking-for-traces-of-lenin-in-ukraine/>. Acesso em: 03 mar 2022.

WALSH, Catherine. The Decolonial for: resurgences, shifts, and movements. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter. **On Decoloniality: concepts, analytics, práxis**. Durham: Duke University, 2018.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Educ, 2000.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Paula Goulart Ribeiro

É professora titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É formada em jornalismo pela Universidade Federal Fluminense, tendo também cursado história na mesma instituição. É mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Foi responsável pela redação do livro *Jornal Nacional: a notícia faz história*. É autora dos livros *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* e *Televisão e Memória: entre testemunhos e confissões*, este último em coautoria com Igor Sacramento. Organizou diversas coletâneas, como *Mídia e Memória* (com Lúcia Ferreira), *Comunicação e História* (com Micael Herschmann), *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia* (com Igor Sacramento) e *História da Televisão no Brasil* (com Igor Sacramento e Marco Roxo). Coordena o grupo de pesquisa Mídia Memória e Temporalidades (Memento), que desenvolve, entre outros, o projeto de extensão Memória do Jornalismo Brasileiro. É coordenadora da ReLahm (Rede Latino-americana de História da Mídia) e da equipe Rio do Obitel Brasil (Rede Brasileira de Pesquisadores de Ficção Televisiva). É membro fundadora da Rememora (Rede Brasileira de Pesquisadores em Memória e Comunicação) e faz parte da International Media and Nostalgia Network (IMNN). Suas áreas de interesse e pesquisa são memória, nostalgia e história da mídia, em especial a imprensa e a televisão. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj.

Barbara Heller

Barbara Heller é graduada em Teoria Literária (Unicamp), por onde também se doutorou (1997). E pós-doutorada em Comunicação pela Universidade Metodista (2011) e pela Escola de Comunicação e Artes da USP (2015), quando integrou o grupo de pesquisadores do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Paulista desde 1999. Pesquisadora do campo de Memória, com interface com História da Leitura e Estudos Culturais, atualmente desenvolve pesquisa sobre memórias de grupos sociais vulneráveis, com ênfase em pessoas privadas de liberdade no estado de São Paulo. Lidera o Grupo de Pesquisa Narrativas da Memória: Representações, Identidades e Culturas, cadastrado no diretório do CNPq. Foi fundadora, coordenadora e vice-coordenadora do Grupo de Trabalho “Estudos de Memória e Comunicação”, da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), de 2015 a 2017. É Membro fundadora da rede de pesquisa Rememora. Desde 2023 desenvolve projeto de pesquisa na universidade sobre remição de pena por leitura, atendendo à Resolução 391/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em colaboração com a Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”, Funap, com quem firmou e renovou o Termo de Cooperação Técnico, publicado Diário Oficial do Estado de São Paulo. É autora do livro *Da pena à prensa; mulheres e Leitura no Brasil* (2006) e organizadora de diversos livros na área da Comunicação. Desde 2025 integra a comissão editorial da Revista Galáxia.

Lucia Santa-Cruz

É professora titular do Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação da ESPM Rio (PPGECEI/ESPM) e dos cursos de Graduação em Jornalismo, Cinema e Publicidade da ESPM Rio. Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ).

Jornalista graduada pela UFRJ. Integrante do Laboratório de Estudos de Memória Brasileira e Representação do PPGECEI (LEMBRAR) e do Grupo de Pesquisa ESPM/CNPq Lembrar. Uma das fundadoras da Rede Brasileira de Pesquisadorxs de Memória e Comunicação (Rememora). Coordenadora do Grupo de Trabalho Estudos da Memória e Comunicação, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2025-2027). Membro da The International Media and Nostalgia Network (IMNN) e da International Associação of Media and History (IAMHist). Organizou, com Talitha Ferraz, o primeiro livro brasileiro sobre Nostalgias e Mídia (E-Papers, 2018). Autora do livro *1822 1922 2022: A Independência do Brasil no Jornalismo*, publicado em 2023, finalista do Prêmio Jabuti Acadêmico 2024. Suas pesquisas lidam com temas como memória, nostalgia, mídia, história do jornalismo, patrimônio, cultura, consumo e economia criativa.

Mônica Rebecca Ferrari Nunes

Mônica Rebecca Ferrari Nunes é graduada em Língua e Literatura Portuguesas (PUC-SP), Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) com formação complementar pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, Paris, França, e na Université Paris VIII, Saint-Denis, França. Possui Pós-Doutorado em Ciências Sociais (PUC-SP). Bolsista Produtividade do CNPq. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Práticas de Consumo, PPGCOM-ESPM, desde 2012. Idealizadora e líder do Grupo de Pesquisa Mnemon - memória, comunicação e consumo (ESPM/CNPq). Coordenadora do GT Estudos de Memória e Comunicação, da Compós, (2020-2022); Membro fundadora da Rememora - Rede Brasileira de Pesquisadores em Memória e Comunicação. Suas pesquisas recentes se voltam para as articulações entre as teorias da memória, das utopias, da

comunicação e do consumo, com ênfase nas narrativas dos povos da rua, desenvolvendo pesquisa sobre memórias do futuro na cidade de São Paulo com bolsa produtividade (CNPq). Sobre esse tema, idealizou e organizou o volume *Memórias do futuro em textos culturais midiáticos: perspectivas semióticas* (Pontes, 2024). Com ampla pesquisa sobre teatralidades juvenis, organizou *Cosplay, steampunk e medievalismo: memória e consumo nas teatralidades juvenis* (Sulina, 2017); *Cena cosplay: comunicação, consumo e memória nas culturas juvenis* (Sulina, 2015), ambos frutos de editais do CNPq e com participação do grupo de pesquisa que coordena. Destacam-se os livros *Histórias Invisíveis* (Prêmio Proac) (Horizonte, 2011) com Marco Bin; *A memória na mídia: a evolução dos memes de afeto* (SP: FAPESP/Annablume, 2001); *O mito no rádio: a voz e os signos de renovação periódica* (Annablume, 1993, 1. ed.).

Priscila Ferreira Perazzo

Priscila Ferreira Perazzo é historiadora. Doutorou-se em História Social pela Universidade de São Paulo em 2002. Foi docente permanente nos programas de Mestrado Acadêmico em Comunicação e Inovação (2008-2016); Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público (2017-2023). Desde 2022, é docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da USCS, modalidade profissional. Pesquisadora do campo de Memória, interfaces com História, Estudos Culturais, História Oral, atualmente desenvolve pesquisa sobre memórias do trauma e migrações. Lidera o Grupo de Pesquisa Memórias do ABC: Comunicação e Educação, Memória e Cultura. Coordena o Laboratório Hipermídias (HyperLab) e o Centro de Memória USCS - Prof. Oscar Garbelotto. Membro fundadora da Rememora - Rede Brasileira de Pesquisadores em Memória e Comunicação. Coordenadora do GT Estudos de Memória e Comunicação, da Compós em 2018-2020 e vice-coordenadora em 2025/2026.

Desenvolve projeto de pesquisa na universidade para a organização de acervo/repositório digital e hipermídias para acomodar narrativas orais de histórias de vida. É autora dos livros 1) *Memoria Colectiva Transnacional*. Análisis cultural y migración (coautoria com Karla Covarrubias e Ana Uribe. São Caetano do Sul/Colima: Puertabierta/UdeC/USCS/AMHO, 2021); 2) *Memórias do Teatro no ABC Paulista*. Expressões de Cultura e Resistência (coautoria com Vilma Lemos. Porto Alegre: EdiPUCRS/USCS, 2013); 3) *Prisioneiros da Guerra*. Os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros 1942-1945 (São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2009); 4) *O Perigo alemão e os mecanismos de repressão policial no Estado Novo 1937-1945* (São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999).

